



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

OBJETO: Contratação de SERVIÇO COMUM de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais de consumo e equipamentos, nas dependências da Câmara Municipal de Jaguariúna, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 10h00min do dia 22 de Maio de 2026.

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: Até as 10h00min do dia 10 de Junho de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h00min do dia 10 de Junho de 2026.

SISTEMA: ENDEREÇO ELETRÔNICO Licitanet — <https://www.licitanet.com.br/>

PREGOEIRO: Portaria nº 80/2025

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 248.351,76 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos)

MODO DE DISPUTA: ABERTO

Torna-se público que a **Câmara Municipal de Jaguariúna**, com sede na Rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, Jaguariúna/SP. CEP 13910-009, CNPJ N.º 51.313.955/0001-30, Jaguariúna, Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, da **Resolução Nº 231, de 21 de fevereiro de 2024**, e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação;

ANEXO V – Modelos de Declarações Obrigatórias;

O presente Edital terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Município e no jornal de grande circulação Diário de Notícias, sendo que a sua versão completa estará disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP, através do endereço eletrônico <https://jaguariuna.sp.leg.br/>

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Contínuos de Limpeza, Asseio e Conservação Predial por regime de resultados vinculado o pagamento à qualidade, com o objetivo de obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados pela Câmara Municipal de Jaguariúna em conformidade com o **Anexo I - Termo de Referência**, parte integrante do Edital e seus anexos.

1.2. O objeto desta licitação enquadra-se na categoria de **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A licitação será realizada sob o regime de execução indireta de empreitada por **preço global**, com critério de julgamento pelo **menor preço global**, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência. A proposta comercial deverá obrigatoriamente contemplar todos os itens, insumos e custos (mão de obra, materiais, saneantes e equipamentos) que compõem o serviço, sob pena de desclassificação.

1.4. Da Dotação Orçamentária e do Valor Estimado

1.4.1. O valor médio global estimado para a contratação é de R\$ 248.351,76 (duzentos e quarenta e oito mil trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

centavos), com um mensal estimado em R\$ 6.898,66 (seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos).

1.4.2. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários da Câmara Municipal de Jaguariúna, onerando as seguintes dotações:

- **Ficha 10**

- Despesa: 01.51.02.01.031.1001.2001.3.3.90.39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.*

- **Subelemento da Despesa:** 78 – *Limpeza e Conservação.*

1.4.3. O detalhamento, quantitativos e valores estimados encontra-se detalhado no **ANEXO I – TR**, item 16 – estimativa do Preço.

1.4.4. Da compatibilidade com o PCA: A presente contratação encontra-se devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026** desta Câmara Municipal, sob o montante referencial de **R\$ 62.000,00**.

Declara-se que o objeto da presente contratação guarda estrita compatibilidade com as metas estratégicas e o cronograma de contratações desta Edilidade.

Eventual variação entre o valor estimado nesta fase preparatória e o valor preliminar lançado no PCA justifica-se pela necessidade de adequação aos índices vigentes na **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)** da categoria, bem como pelo detalhamento rigoroso da planilha de custos e formação de preços (insumos, encargos sociais e trabalhistas), que reflete a realidade de mercado no momento da instrução processual, nos termos do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.5. Os critérios de reajuste, repactuação e reequilíbrio observarão o disposto no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta de Contrato (Anexo III)

1.5. Da Condução do Certame

1.5.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, designado Pregoeiro na modalidade pregão, que será auxiliado pela Equipe de Apoio (Portaria nº 80/2025) e terá, em especial, as seguintes atribuições:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

1.5.1.1. Tomar decisões em prol da boa condução da licitação e dar impulso ao procedimento para fins de saneamento da fase preparatória, se necessário;

1.5.1.2. Acompanhar os trâmites da licitação e promover as diligências necessárias para o cumprimento dos prazos e da prioridade da contratação;

1.5.1.3. Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação, praticando os seguintes atos:

- a) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos;
- b) Verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;
- c) Verificar e julgar as condições de habilitação dos licitantes;
- d) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- e) Negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
- f) Indicar o vencedor do certame ou declarar o seu fracasso, caso não haja propostas válidas;

1.5.1.4. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

1.5.1.5. Encaminhar o processo devidamente instruído, após o encerramento das fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade competente para a adjudicação do objeto e a homologação do certame.

1.5.1.6. Nos casos omissos, deverão ser observadas as disposições contidas na Resolução nº 232/2024 que regulamente a atuação do agente de contratação/pregoeiro e sua respectiva equipe de apoio.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação e a todas as disposições deste edital e seus anexos, bem como à Lei Federal nº 14.133/2021 e à **Resolução Municipal Nº 231/2024**.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

2.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão providenciar o seu cadastro, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema:

LICITANET – Licitações On-Line.

2.3. No ato de credenciamento deverão ser apresentados os documentos previamente definidos pelo sistema e constantes do rol de exigências do presente Edital.

2.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

2.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

2.7. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

2.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

2.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.9.10. aquele que tenha sido condenado por crime contra a administração pública ou por ato de improbidade administrativa que implique proibição de contratar com o Poder Público.

2.9.11. Nos termos do art. 114 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções

2.9.12. Nos termos do art. 115 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal.

2.9.13. Nos termos da **Súmula nº 281 do TCU** e do **art. 5º da Lei nº 12.690/2012**, **não poderá participar** desta licitação a **sociedade cooperativa**, visto que o objeto licitado envolve serviços de limpeza sob regime de subordinação, o que **será** incompatível com a natureza do cooperativismo.

2.9.14. É **vedada a inserção de qualquer informação que permita a identificação da licitante** no campo “Marca/Procedência”, sob pena de desclassificação da proposta. Nos casos em que a indicação da marca ou



procedência possa identificar a licitante, deverá ser informado o termo “própria” ou outra expressão equivalente.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema eletrônico indicado no preâmbulo deste edital, mediante digitação de senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos, exclusivamente por meio do referido sistema.

3.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme o rito do Art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.4.2. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (proteção ao trabalho do menor);

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) (conforme Art. 34 da Lei nº 11.488/2007) deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos para o exercício do direito de preferência e tratamento favorecido.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

3.6. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e encerramento da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta e habilitação dos licitantes após o encerramento da fase de lances, observada a publicidade prevista na lei.

3.9. O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo (lance automático/robô) quando do cadastramento da proposta, observando:

3.9.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances estabelecido no sistema;

3.9.2. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor, sendo acessível apenas aos órgãos de controle.

3.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua eventual desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua senha de acesso.

3.12. A proposta deverá ser acompanhada de planilha detalhada de composição de custos e formação de preços, contemplando todos os insumos, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, benefícios, tributos e demais despesas necessárias à execução do objeto conforme modelo de proposta comercial.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema Eletrônico, em conformidade com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, passando a integrar o futuro contrato ou instrumento equivalente.



4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, transportes, materiais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, salvo se o erro for evidente e passível de correção sem alteração do valor global e da classificação.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5.1. Decorrido o prazo acima sem convocação para contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos, a menos que aceitem prorrogar a validade por igual período.

4.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores ao limite fixado no Termo de Referência.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A ocorrência de sobrepreço ou superfaturamento na execução do contrato, verificada a qualquer tempo, ensejará a responsabilização da contratada e a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, sem prejuízo do dever de ressarcimento ao erário.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens (chat) entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ADOTADO: ABERTO**

5.5.1. A etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.5.2. A prorrogação automática será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período.

5.5.3. Não havendo novos lances, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.6. Encerrada a etapa de lances, o sistema aplicará as regras de desempate para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme a Lei Complementar nº 123/2006 (intervalo de até 5% acima da melhor proposta).

5.6.1. A melhor classificada terá o direito de encaminhar uma última oferta **no prazo de 05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada.

5.6.2. Caso a ME/EPP não se manifeste ou desista, serão convocadas as demais no mesmo intervalo de 5%, na ordem de classificação.

5.7. Em caso de empate real entre propostas (após a fase de lances e desempate ME/EPP), serão utilizados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

5.9. No caso de desconexão do Pregoeiro por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato no sítio eletrônico.

5.10. NEGOCIAÇÃO: Encerrada a etapa de lances, se a melhor proposta ainda estiver acima do preço máximo fixado, ou mesmo que esteja abaixo, o Pregoeiro deverá tentar negociar condições mais vantajosas.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

5.10.1. A negociação será feita via chat e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes e anexada aos autos do processo licitatório.

5.11. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (proposta de preços readequada), acompanhada, se necessário, de documentos complementares.

5.11.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar este prazo mediante solicitação fundamentada do licitante no chat.

5.12. Encerradas as etapas de lances e negociação, o Pregoeiro iniciará a **Fase de Julgamento** da proposta, seguida da **Fase de Habilitação** do licitante detentor da melhor oferta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado e ao atendimento das condições de participação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) para verificação dos sistemas federais abaixo: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

6.1.1.1. CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas);

6.1.1.2. CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).

6.1.2. CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.1.3. TCU (Tribunal de Contas da União) – Lista de Inidôneos <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>;

6.1.4. e-Sanções (Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas) – <http://www.esancoes.sp.gov.br>;

6.1.5. CEEP (Cadastro Estadual de Empresas Punidas) – <http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>;

6.1.6. TCE/SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) – Relação de apenados <https://www.tce.sp.gov.br/apenados>.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

6.2. A consulta será realizada em **nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário**, observando o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros indícios de conluio ou sucessão empresarial fraudulenta;

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. O Pregoeiro verificará se o licitante que se declarou ME/EPP realmente faz jus ao benefício, consultando o registro de receita bruta no exercício anterior.

6.5. **Será desclassificada a proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/21 que:**

6.5.1. Contiver vícios ou falhas insanáveis;

6.5.2. Desatender as especificações técnicas do Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido;

6.5.3.1. Serão considerados inexequíveis as propostas que não comprovem a viabilidade da execução contratual, especialmente quanto à cobertura integral dos custos de mão de obra, encargos sociais e insumos, conforme planilha apresentada, podendo a administração realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta.

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando solicitado.

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração**, o que demandará diligência para comprovação da exequibilidade pelo licitante.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

6.7. A análise da exequibilidade da proposta deverá ser realizada por meio de documentos que comprovem a capacidade de o licitante cumprir o objeto pelo preço ofertado ou com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, que deverá ser apresentada e justificada pelo licitante.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme detalhado nos itens a seguir.

7.2. A habilitação será verificada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais. Os documentos deverão ser enviados pelo sistema em formato digital, no prazo definido pelo pregoeiro.

7.3. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.4. Após a entrega dos documentos, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação ou atualização.

7.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente.

7.6. **(Tratamento Diferenciado - ME/EPP)** Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista será exigida na fase de habilitação, **porém a existência de eventuais restrições não constituirá motivo para inabilitação.** O prazo para a regularização da documentação será de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da declaração do vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração. **A não regularização no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação**, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

7.7. **Habilitação Jurídica:** Deverá o contratado comprovar os seguintes requisitos, conforme o caso.

7.7.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



7.7.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.8. Regularidade fiscal, social e trabalhista: A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança, ou em qualquer outra ação.

7.8.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

7.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.8.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

7.8.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.8.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS - CRF, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.8.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT;

7.8.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos) – **Anexo V**.

7.9. Qualificação Econômico-Financeira

7.9.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.10. Da qualificação técnica (Art. 67, Lei 14.133/2021)

7.10.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as exigências detalhadas neste item visam garantir que a licitante possua experiência compatível com as dimensões e a rotina da Câmara Municipal de Jaguariúna.

7.10.2. Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços de limpeza e conservação predial em área produtiva total não inferior a **675,00 m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados)**, correspondente a 50% da área total objeto desta licitação.

7.10.2.1. A exigência de qualificação técnico-operacional recai sobre a execução de serviços de limpeza predial em metragem mínima equivalente a 50% do objeto, considerando que a complexidade da contratação está diretamente relacionada à gestão simultânea de mão de obra, insumos e rotinas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

operacionais em área física contínua, caracterizando-se como o principal fator de risco técnico da execução.

7.10.3. Os atestados de capacidade técnica deverão observar as seguintes condições:

7.10.3.1. Serão aceitos atestados que comprovem a execução de serviços em períodos distintos, permitindo-se a somatória de quantitativos para o alcance do mínimo exigido.

7.10.3.2. Os atestados devem demonstrar o fornecimento de mão de obra qualificada e o uso de saneantes domissanitários e equipamentos compatíveis com o objeto.

7.10.3.3. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade dos atestados junto aos órgãos emissores, nos termos do Art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

7.10.4. A exigência do percentual de 50% fundamenta-se na essencialidade do serviço de higiene para a manutenção das atividades da Câmara Municipal e na necessidade de garantir que a empresa possua estrutura logística e operacional para gerir o contrato por resultados, conforme detalhado na **Justificativa de Exigência de Atestado de Capacidade Técnica** constante nos autos do processo administrativo.

8. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO (Art. 164 - Lei nº 14.133/2021)

8.1. Legitimidade e Prazo: Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos deste Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

a) Meio de Protocolo: O pedido de impugnação ou esclarecimento deverá ser protocolado, obrigatoriamente, por meio do sistema eletrônico de contratações utilizado pela Câmara Municipal (Plataforma Licitanet), no campo especificamente destinado para este fim.

8.1.1. Caso ocorra indisponibilidade técnica comprovada do sistema, o pedido poderá ser **excepcionalmente** enviado para o e-mail: licitacao@jaguariuna.sp.leg.br.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

b) Tempestividade: O prazo máximo para **protocolo é de 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do certame.

Nota: Considerar-se-á tempestivo o pedido protocolado até as 23h59min (horário de Brasília) do dia do vencimento do prazo, quando realizado via sistema.

8.2. Resposta da Administração: A Administração responderá aos pedidos de esclarecimento e às impugnações **no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3. Publicidade: As respostas e decisões serão divulgadas no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na plataforma Licitanet, passando a integrar o processo administrativo da licitação para todos os fins.

8.3.1. É responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações nas plataformas mencionadas, não cabendo alegação de desconhecimento.

8.4. Do acolhimento da Impugnação: Caso a impugnação seja julgada procedente, a Administração adotará as seguintes providências:

a) Se a alteração no Edital afetar a formulação das propostas, o Edital será republicado e o prazo para apresentação das propostas será integralmente reaberto.

b) Se a alteração não afetar a formulação das propostas, a correção será divulgada sem a necessidade de reabertura de prazo.

8.5. Efeitos: Os pedidos de esclarecimento e as impugnações não possuem efeito suspensivo, salvo decisão motivada da Administração em caso de relevante interesse público ou risco de dano irreparável.

9. DAS COMUNICAÇÕES E INTIMAÇÕES

9.1. Meio Preferencial: Em função da natureza da modalidade Pregão Eletrônico, todas as comunicações, notificações e intimações dos licitantes, relativas a quaisquer atos ou fases do procedimento, serão realizadas preferencialmente e prioritariamente por meio do sistema eletrônico de contratações (Plataforma), conforme Art. 183 da Lei nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

9.2. Dever de Acompanhamento: É de responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento das notificações enviadas pelo sistema, bem como das mensagens postadas no chat da sessão pública, não podendo alegar desconhecimento em razão de problemas técnicos em seu equipamento ou conexão.

9.3. Data de Efetivação da Intimação: A intimação será considerada efetuada e o prazo para fins recursais ou cumprimento de diligências será iniciado:

a) **Para Atos Ocorridos em Sessão:** Na data e hora da respectiva divulgação do resultado ou mensagem no chat do sistema eletrônico, sendo de imediato conhecimento das partes conectadas.

b) **Para Atos Posteriores ou Diligências Fora de Sessão:** Na data de acesso eletrônico ao documento pelo licitante no sistema, ou na data de sua divulgação no portal (o que ocorrer primeiro), conforme Art. 183, II, da Lei nº 14.133/2021.

c) **Por Publicação Oficial:** Excepcionalmente, na data de sua divulgação no Diário Oficial ou PNCP, quando o sistema eletrônico apresentar impossibilidade técnica (Art. 183, III).

9.4. Contagem de Prazo: Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, observar-se-á:

a) Exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.

b) Os prazos somente começam a correr e se vencem em dias de expediente pleno na Câmara Municipal de Jaguariúna.

c) Se a data de efetivação da intimação ocorrer em dia sem expediente ou após o horário de encerramento do expediente externo, o prazo começará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

10. DOS RECURSOS

10.1. Fase Recursal Única: Conforme o Art. 165 da Lei nº 14.133/2021, a intenção de recorrer deverá ser manifestada **imediatamente** após o encerramento da fase de habilitação e declaração do vencedor, sob pena de preclusão.

10.2. Intenção de Recorrer:

a) O licitante que desejar recorrer deverá manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de **30 (trinta) minutos** contados da declaração do vencedor.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

b) A manifestação da intenção de recorrer deve apenas indicar o ato ou decisão contra o qual o licitante se insurge, não sendo exigida, neste momento, a apresentação de fundamentos jurídicos ou provas, os quais deverão constar obrigatoriamente das razões recursais.

c) A falta de manifestação imediata importará na preclusão do direito de recurso e na adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

10.3. Prazo para Razões e Contrarrazões:

a) Uma vez aceita a intenção de recurso, o recorrente terá o prazo **de 3 (três) dias úteis** para apresentar as razões recursais detalhadas, contados do primeiro dia útil subsequente à data de encerramento da sessão.

b) Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo do recorrente.

c) As razões e contrarrazões deverão ser inseridas diretamente no sistema eletrônico.

10.4. **Efeito Suspensivo:** O recurso terá efeito suspensivo, impedindo que a Administração prossiga com a adjudicação e homologação até a decisão definitiva, conforme Art. 168 da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Juízo de Retratação e Decisão:

a) O Pregoeiro (autoridade que proferiu a decisão) terá **3 (três) dias úteis** para exercer o juízo de retratação, conforme Art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

b) Caso mantenha a decisão, o Pregoeiro encaminhará o recurso devidamente instruído à Autoridade Superior, que deverá proferir decisão final no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

10.6. **Vista dos Autos:** É assegurado o direito de vista eletrônica dos elementos do processo diretamente no sistema ou no portal de transparência da Câmara Municipal de Jaguariúna, sendo responsabilidade do licitante acompanhar as publicações e o chat do sistema e a obtenção das cópias necessárias para sua defesa.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. **Encaminhamento:** Inexistindo recursos ou decididos estes, o processo será encaminhado à Autoridade Superior para:

a) **Adjudicar** o objeto ao licitante vencedor;



b) **Homologar** o procedimento licitatório.

11.2. Faculdades da Administração: A autoridade superior poderá, justificadamente, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar a licitação por conveniência e oportunidade, ou anulá-la por ilegalidade, conforme Art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Expectativa de Direito: A homologação do resultado gera apenas expectativa de direito, não obrigando a Administração à contratação imediata, conforme disponibilidade orçamentária e interesse público.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos itens 12.1.1 a 12.1.8 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, nos termos dos Arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. A aplicação das sanções observará o rito previsto no Capítulo I do Título IV da referida Lei e na regulamentação interna desta Câmara Municipal.

12.3. As sanções específicas relativas à execução contratual, bem como os percentuais de multas moratórias e compensatórias, **encontram-se detalhadas na Cláusula de Sanções da Minuta do Termo de Contrato (Anexo III)**, a fim de garantir a estrita correspondência entre a infração cometida e a penalidade aplicada.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A formalização da contratação ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da parte e aceitação pela Administração, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Da Interpretação e Hierarquia

13.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a segurança da contratação e a celeridade do processo.

13.4. Em caso de eventual divergência ou contradição entre as disposições deste Edital e de seus Anexos (incluindo o Termo de Referência), prevalecerão as regras estabelecidas no corpo deste Edital.

13.5. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste Edital e a responsabilidade do licitante pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas.

Das Comunicações e Sistema

13.6. Todas as referências de tempo no Edital observarão o horário de Brasília - DF.

13.7. É de responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento das comunicações efetuadas no sistema eletrônico, bem como a manutenção de seus dados cadastrais e de contato devidamente atualizados.

13.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal de Sistema Eletrônico LICITANET e no endereço eletrônico: <https://www.jaguariuna.sp.leg.br>.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

13.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

Dos Encargos e Formalismos

13.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, da razoabilidade e do interesse público.

Jaguariúna, 19 de Maio de 2026

Rodrigo Reis de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE SOLICITANTE: Equipe de Planejamento Portaria nº 65/2024 (alterada pela Portaria nº 26/2025).

1. OBJETO

1.1 Contratação de Serviço Comum de empresa especializada para **Prestação de Serviço Comum e Contínuos de Limpeza, Asseio e Conservação Predial** por regime de resultados vinculado o pagamento à qualidade, com o objetivo de obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados pela Câmara Municipal de Jaguariúna.

1.2 O horário de trabalho será configurado nos seguintes moldes: De segundas às quintas feiras das 07:00h às 17:00h e de sextas feiras das 07:00h às 16:00h, totalizando 44h trabalhadas semanalmente.

1.3 O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida em consonância com o estudo do CADTERC - Cadastro de Serviços Terceirizados do Estado de São Paulo - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial (www.cadterc.sp.gov.br).

2. ESPECIFICAÇÕES:

2.1 As especificações técnicas do presente objeto constam detalhadas no ANEXO I deste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Tendo em vista que é dever da Administração Pública proporcionar higiene e salubridade aos usuários do prédio, zelando, inclusive, pela manutenção e preservação do patrimônio público, considerando que estas atividades são imprescindíveis para o regular funcionamento desta Casa de Leis.



3.2 Levando-se em consideração que este Órgão Legislativo não possui mão de obra, em seu quadro de funcionários, aptos ao trabalho, destinados a presente função, e ainda que o contrato de prestação de serviço de limpeza já se extinguiu, visando ainda à economicidade alcançada pela escolha da contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços.

3.3 Que fora observados os argumentos lançados no ETP demonstrando a economicidade alcançada com a contratação através do regime de execução indireta por Preço Global.

3.4 A solução ora contratada destina-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, utensílios e EPIs, gerando economicidade financeira e processual para esta Casa de Leis, bem como manter o ambiente higienizado e organizado durante o dia a dia.

3.5 Informa-se que é indispensável, para a habilitação da contratada, que ela comprove formalmente experiência na realização deste tipo de serviço, este fator não é restritivo tendo em vista a variedade de empresas e instituições que executaram contratações semelhantes, conforme descrito acima. Verifica-se apenas a necessidade de manutenção de exigências especificadas neste termo de referência a fim de que possam ser identificadas com cautela, as empresas que possuem características mínimas desejáveis para o atendimento ao serviço pretendido.

3.6 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

3.6.1 DA NATUREZA DO SERVIÇO:

3.6.1.1 O objeto desta contratação caracteriza-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Tal classificação justifica-se pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade do serviço de limpeza, asseio e conservação predial podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.6.1.2 Os serviços de limpeza não demandam metodologias sofisticadas ou conhecimentos técnicos excepcionais, sendo perfeitamente viável a sua descrição detalhada quanto à frequência, tipos de saneantes e quantitativos estimados de pessoal, permitindo a ampla competitividade e o julgamento pelo critério de **Menor Preço**.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Amparando-se nos estudos realizados, ficou constatado que a contratação de empresa terceirizada para a realização das atividades de limpeza e conservação predial tende a ser mais vantajosa e eficiente para atender às necessidades da Câmara Municipal de Jaguariúna. Conforme minuciosamente detalhado, esta opção oferece diversos benefícios significativos, como a possibilidade de contratação rápida, após do devido processo licitatório, bem como troca de prestador de serviço em caso de insatisfação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Amostra

Não será exigida amostra para a presente contratação.

5.2. Carta de Solidariedade

“Não será exigida Carta de Solidariedade para a presente contratação”.

5.3. Visita Técnica (não obrigatória)

5.3.1. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica para tomarem conhecimento do ambiente, bem como dos custos envolvidos para execução do objeto, isentando o CONTRATANTE de acréscimos nos valores de eventuais custos de instalação.

5.3.2. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, oportunidade na qual será emitido o competente Atestado de Visita Técnica.

5.3.3. A falta da visita, não será impedimento para participar da cotação de preço, porém, não poderá posteriormente alegar desconhecimento das condições para a execução do serviço, assim resguardando a Administração de possíveis inexecuções contratuais, decorrente da falta de visita ao local, não podendo ainda, a licitante, alegar desconhecimento para fins de reequilíbrio ou inadimplemento.

5.4. Subcontratação

5.4.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

- 5.4.1.1. A vedação justifica-se pela natureza contínua e operacional dos serviços de limpeza predial, que demandam gestão direta da mão de obra, controle permanente da execução e padronização dos procedimentos, sendo tais elementos essenciais à adequada prestação dos serviços e à fiscalização contratual.
- 5.4.1.2. A execução indireta por terceiros poderia comprometer a qualidade dos serviços, a rastreabilidade das obrigações trabalhistas e o controle administrativo do contrato

5.5. Garantia Contratual

Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

5.6. Sustentabilidade

Dada a natureza da contratação que se pretende adquirir, verifica-se possíveis impactos ambientais relevantes, sendo necessário que a CONTRATADA atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

5.6.1. Deverá se atentar para os produtos de limpeza a serem utilizados, com as seguintes diretrizes:

5.6.2. Utilizar produtos de limpeza e outros materiais fornecidos e usá-los sempre de acordo com as especificações indicadas;

5.6.3. Usar os produtos de forma consciente, seguir sempre as instruções de uso e descarte adequado das embalagens e resíduos;

5.6.4. Evitar que os produtos de limpeza fiquem abertos, podendo evaporar e contribuir para a poluição do ar em ambientes internos, afetando a qualidade do ar;

5.6.5. Descartar corretamente, dando a destinação legalmente apropriada às embalagens e demais materiais utilizados, como vidros, plásticos, papeis e metais.

5.6.6. A empresa também deverá se atentar para o uso consciente da água:

5.6.7. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, repensar as suas formas de uso, evitar desperdícios e reduzir o consumo sempre que possível;

5.6.8. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;



5.6.9. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.6.10. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre as boas práticas de redução de consumo e uso racional da água.

6. OBRIGAÇÕES CONTRATANTE:

6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.3. Acompanhar, gerir e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

6.4. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.5. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.6. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

6.7. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;

6.8. Expedir a Autorização de Fornecimento de Serviços em até 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura do contrato;

6.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente descritivo, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações e repactuações do mesmo;

6.10. Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;

6.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.12. Indicar os vestiários com armários disponíveis guarda-roupas.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

- 6.13.** Indicar as instalações sanitárias.
- 6.14.** Destinar local para guarda de saneantes domissanitários, materiais e equipamentos.
- 6.15.** Fornecer papel higiênico, sabonete e papel toalha para a respectiva distribuição nos sanitários existentes nos locais de prestação de serviços.
- 6.16.** Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada.
- 6.17.** Fornecer à Contratada, se solicitado, o Formulário de Ocorrências para Manutenção – modelo 1.
- 6.18.** Receber da Contratada as comunicações registradas nos Formulários de Ocorrências, devidamente preenchidos e assinados, encaminhando-os aos setores competentes para as providências cabíveis.
- 6.19.** Disponibilizar recipientes coletores adequados para a coleta seletiva de materiais secos recicláveis, seguindo a padronização internacional para a identificação por cores.
- 6.20.** Receber os descartes, encontrados pela Contratada durante a execução dos serviços, de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, responsabilizando-se pela entrega aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para o tratamento ou destinação final.
- 6.21.** Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral.
- 6.22.** Receber os pneumáticos inservíveis, abandonados ou dispostos inadequadamente e encontrados pela Contratada durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo encaminhamento aos fabricantes para a devida destinação final.
- 6.23.** Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas aplicando-se os devidos fatores de desconto, conforme relatório de avaliação da qualidade dos serviços prestados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos



serviços de limpeza das áreas envolvidas, bem como das obrigações constantes no Termo de Referência e na minuta de Termo de Contrato, obriga-se a:

7.2. Obrigações e Responsabilidades Genéricas

7.2.1. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização fornecimento de serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

7.2.2. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.

7.2.3. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

7.2.4. Disponibilizar o número necessário de empregados para a prestação dos serviços, devidamente registrados em suas carteiras de trabalho.

7.2.5. No início de cada mês, fornecer ao Contratante todo o material de limpeza (saneantes domissanitários e produtos químicos) a ser utilizado na execução do serviço de limpeza no período, em quantidade e qualidade adequadas para a aprovação pela fiscalização do contrato.

7.2.6. Respeitar a legislação vigente para o transporte, manuseio e armazenagem dos saneantes domissanitários e dos produtos químicos.

7.2.7. Manter os empregados que executarão o serviço devidamente uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

7.2.8. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

7.2.9. Identificar todos os equipamentos, ferramentais e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros e quando necessários, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

7.2.10. Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, fornecendo durante o horário



comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas.

7.2.11. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportarem, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes.

7.2.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.

7.2.13. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

7.2.14. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante.

7.2.15. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

7.2.16. Prestar os serviços dentro de parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os saneantes domissanitários e materiais, incluindo sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7.2.17. Proceder ao abastecimento diário dos sanitários com papel higiênico, sabonete e papel toalha, **os quais serão fornecidos pela Contratante**, cabendo à Contratada apenas o gerenciamento e a reposição física nos dispensers.

7.2.18. Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, objetivando a correta higienização dos utensílios e das instalações, objeto da prestação de serviços.

7.2.19. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários nas áreas de escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, quantidade ou destinação, atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

7.2.20. Executar os serviços em horários especificados pelo Contratante.

7.2.21. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não seja mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações do Contratante.

7.2.22. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

7.2.23. Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição aos empregados envolvidos na prestação dos serviços.

7.2.24. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamento de benefícios e encargos.

7.2.25. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante, obtendo a produtividade adequada aos vários tipos de trabalho. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental.

7.3. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e proposta escrita, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.5. Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do processo de contratação direta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando for o caso, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.6. Substituir, reparar ou corrigir, a suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

- 7.7. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 7.8. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.9. Entregar o produto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em nenhuma hipótese produto similar, remanufaturado, reciclado ou pirateado;
- 7.10. A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todos os dados e informações concedidas.
- 7.11. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 7.12. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou funcionário público da Câmara Municipal de Jaguariúna;
- 7.13. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos e prejuízos causados de forma direta ou indireta decorrentes de culpa ou dolo decorrentes de sua execução ao CONTRATANTE ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade independente do acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE;
- 7.14. É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos, e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.15. Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 7.16. Atender rigorosamente as condições estabelecidas nas especificações técnicas contidas no descritivo.
- 7.17. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte de bens adquiridos cujos componentes necessitem de destinação especial devido a sua natureza, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

7.18. A execução do objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer de forma coordenada com os demais contratos de serviços auxiliares desta Câmara Municipal (como fornecimento de insumos de higiene), visando a harmonia operacional e a manutenção das condições de asseio das dependências.

7.19. Obrigações e Responsabilidades Específicas – Boas Práticas Ambientais

7.19.1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como redução de produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes.

7.19.2. Receber do Contratante informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactam o meio ambiente.

7.19.3. Responsabilizar-se pelo preenchimento do Formulário de Ocorrências para Manutenção por seu encarregado, disponível no modelo 1 desse Termo de Referência – ANEXO I, que poderá ser fornecido pelo Contratante.

7.19.4. Quando houver ocorrências, o encarregado deverá entregar ao Contratante o Formulário de Ocorrências para Manutenção devidamente preenchido e assinado.

7.19.5. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas:

7.19.5.1. Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e em chuveiros;

7.19.5.2. Saboneteiras e toalheiros quebrados;

7.19.5.3. Lâmpadas queimadas ou piscando;

7.19.5.4. Tomadas e espelhos soltos;

7.19.5.5. Fios desencapados;

7.19.5.6. Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; e

7.19.5.7. Carpete solto.

7.20. Uso Racional da Água

7.20.1. A Contratada deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Estadual nº 48.138, de 07 de outubro de 2003.

7.20.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, devendo os encarregados atuarem como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada. Como exemplo: sempre que



possível, usar a vassoura e não a mangueira para limpar áreas externas. Se houver uma sujeira localizada, usar a técnica do pano umedecido.

7.20.3. Sempre que adequado e necessário, a Contratada deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo Contratante, ponderando as vantagens e as desvantagens. Podendo utilizar lavadoras de pressão.

7.20.4. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

7.21. Uso Racional de Energia Elétrica

7.21.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

7.21.2. Durante a limpeza noturna, quando permitido, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.

7.21.3. Comunicar ao Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.

7.21.4. Sugerir ao Contratante medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outros.

7.21.5. Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não estão impedindo a saída do ar-condicionado ou aparelho equivalente.

7.21.6. Verificar as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, entre outros, e se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, o sistema de proteção elétrica.

7.21.7. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas em seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes de aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

7.22. Redução de Produção de Resíduos Sólidos

7.22.1. Separar e entregar ao Contratante pilhas e baterias para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.



Alternativamente, poderão ser entregues aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias para repasse aos fabricantes ou importadores. Assim, estes adotarão, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA nº 401, de 5 de novembro de 2008.

7.22.2. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral.

7.22.3. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final e ambientalmente adequada, tendo em vista que estes constituem passivo ambiental, que resulta sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009, bem como à Instrução Normativa do IBAMA nº 01, de 18 de março de 2010.

7.22.4. Quando implantado pelo Contratante Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

7.22.4.1. MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS

7.22.4.1.1. Materiais denominados “rejeitos”, para os quais ainda não são aplicadas técnicas de reaproveitamento. Dentre eles: banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, teco de cigarro, cinza e ciscos (que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos, cristais, pilhas.



7.22.4.2. MATERIAIS RECICLÁVEIS

7.22.4.2.1. Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico, AZUL para papel e BRANCO para lixo não reciclável).

7.22.4.2.2. Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados à sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como à redução da destinação de resíduos sólidos.

7.22.4.2.3. Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de responsabilidade da Contratada, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

7.22.4.3. SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

7.22.4.3.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

7.22.4.3.2. Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, ser livre de corantes e ter redução drástica de hipoclorito de sódio.

7.22.4.3.3. Manter critérios de qualificação de fornecedores, levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas.

7.22.4.3.4. Observar rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento às prescrições do Art. 44 da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do Art. 67 do Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, as prescrições da Resolução ANVISA nº 40, de 5 de junho de 2008.

7.22.4.3.5. Fornecer saneantes domissanitários devidamente notificados ou registrados no órgão de vigilância sanitária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

competente do Ministério da Saúde, em conformidade com o Decreto Federal nº 8.077, de 13 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

7.22.4.3.6. Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários.

7.22.4.3.7. Em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, deve-se aplicar somente saneantes domissanitários cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição, sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução nº 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários.

7.22.4.3.8. Fica terminantemente proibido, sob qualquer hipótese na prestação de serviços de limpeza e higienização predial, o fornecimento, a utilização e aplicação de saneantes domissanitários ou produtos químicos que contenham ou apresentem em sua composição:

7.22.4.3.8.1. Corantes – relacionados no Anexo I da Portaria nº 9 MS/SNVS, de 10 de abril de 1987;

7.22.4.3.8.2. Saneantes Domissanitários de Risco I – listados pelo Art. 5º da Resolução nº 336, de 30 de julho de 1999, e em conformidade com a Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001;

7.22.4.3.8.3. Saneantes Domissanitários fortemente alcalinos – apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol) ou líquido para pulverização, tais como produtos desengordurantes, conforme Resolução RDC nº 32, de 27 de junho de 2013;

7.22.4.3.8.4. Benzeno – conforme Resolução RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, e recomendações dispostas na Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, pelo Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e pela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, uma vez que de acordo com estudos da IARC (International Agency Research on Cancer), agência de pesquisa referenciada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a substância benzeno foi categorizada como cancerígena para humanos;

7.22.4.3.8.5. Inseticidas e raticidas – nos termos da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Saúde nº 01, de 04 de abril de 1979.

7.22.4.3.9. Os produtos químicos relacionados pela Contratada, de acordo com sua classificação de risco, composição, fabricante e utilização, deverão ter notificação ou registro deferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, conforme Resolução RDC nº 59, de 22 de dezembro de 2010. A consulta aos saneantes notificados e registrados está disponível na seção de Consulta ao Banco de Dados, no site da ANVISA (<http://www.anvisa.gov.br/saneantes/banco.htm>).

7.22.4.3.10. Recomenda-se que a Contratada utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato.

7.22.4.4. POLUIÇÃO SONORA

7.22.4.4.1. Para os equipamentos de limpeza que geram ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel — dB(A) —, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

8. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Da Vigência: A contratação vigorará pelo período de **36 (trinta e seis) meses** contados da data de sua assinatura e pago em parcelas mensais de acordo com o serviço executado.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

8.1.1. Prorrogação: Este contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos mediante Termo Aditivo, até o limite da Lei em conformidade com o art. 107 da Lei nº 4.133/2021, desde que a Administração Pública justifique a necessidade de sua continuidade e que a prorrogação seja vantajosa para o órgão.

8.1.2. Encaminhamento: A prorrogação deverá ser solicitada pela Contratante à Contratada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência.

8.1.3. Aviso de Não Interesse (Contratada): A Contratada deverá comunicar formalmente a Contratante **sobre a ausência de interesse na prorrogação do contrato com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do seu término.**

8.2. Do Local de Execução dos Serviços

8.2.1. Os serviços prestados deverão ser efetuados mediante Autorização de Fornecimento de Serviço, emitida por responsável competente do Setor de Compras devidamente assinada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

8.2.2. Os serviços serão executados na sede principal da Câmara Municipal de Jaguariúna, situada à rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, CEP 13910-009, Jaguariúna/SP, bem como no imóvel locado, situado na rua José Alves Guedes, 380, Centro, CEP 139010-021, de segundas às quintas feiras das 07:00h às 17:00h e de sextas feiras das 07:00h às 16:00h, totalizando 44h trabalhadas semanalmente.

8.2.3. O fornecedor não poderá formalizar o serviço sem a referida Autorização de Fornecimento.

8.2.4. Os serviços realizados em desconformidade com este Termo de Referência serão reprovados.

8.3. Do Recebimento do Objeto/Serviços

8.3.1. O recebimento do objeto contratado ficará sob a responsabilidade da Comissão de Fiscalização designada através de Portaria nº 26/2025 e em conformidade com a Resolução nº 233/24 desta Câmara Municipal;

8.3.2. Na hipótese de os serviços/entregas não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

8.3.3. Os serviços realizados em desconformidade com este TERMO DE REFERÊNCIA serão reprovados;

8.3.4. Para o recebimento e aceitação do objeto, serão observadas no que couber, as disposições contidas no artigo 140, I da Lei Nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, das seguintes formas:

8.3.5. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme Resolução nº 233 de 21 de fevereiro de 2024;

8.3.6. Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto nos itens acima, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços;

8.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

8.3.8. A execução dos serviços deste objeto, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências da Autorização de Serviço e todas as especificações determinadas pelo CONTRATANTE, de acordo com as especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA e TERMO DE CONTRATO;

8.3.9. Os serviços prestados em desacordo com o especificado no Termo de Referência serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução;

8.3.10. A notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

8.3.11. Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação das



providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

8.3.12. O CONTRATANTE poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;

8.3.13. O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, defesa previstas em Lei.

8.4. Critérios de Julgamento

8.4.1. A presente contratação se dará pelo menor preço.

8.4.2. A presente contratação se dará por MENOR PREÇO GLOBAL.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Este Poder Legislativo encaminhará o presente TERMO DE CONTRATO a seu CONTROLE INTERNO bem como arquivo XML ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, através do AUDESP FASE IV, para apreciação e ainda disponibilizado no PNCP para legalidade e condição de eficácia;

9.2. O CONTRATANTE, por meio de funcionário designado através de portaria, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência no termo de Contrato bem como demais documentos integrantes da contratação;

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) bem como pela Resolução nº 233/2024 da Câmara Municipal de Jaguariúna.

9.4. No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

- 9.5.** A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica;
- 9.6.** Fica nomeado Fiscal ou Comissão de Fiscalização do presente termo, através de Portaria nº 026/2025, servidor desta Casa de Leis;
- 9.7.** O Gestor do Contrato será nomeado pelo Presidente da Câmara, conforme Portaria nº 092/2025;
- 9.8.** O fiscal terá acesso a todas as áreas e informações necessárias para avaliar o desempenho da CONTRATADA;
- 9.9.** Qualquer desconformidade ou descumprimento contratual será registrado em relatório pelo fiscal, e a CONTRATADA será notificada para correção imediata das irregularidades;
- 9.10.** A fiscalização será realizada mensalmente, conforme recebimento das medições do contrato.

10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Da Condição de Pagamento

10.1.1. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Nota Fiscal e consequente aceite, devendo estas serem emitidas após a realização de cada serviço;

10.1.1.1. O pagamento ficará condicionado à comprovação mensal de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.

10.1.2. A medição dos serviços será realizada com base na Medição de Resultados, apurada mensalmente pela fiscalização contratual, considerando critérios objetivos de qualidade previamente definidos neste Termo de Referência.

10.1.3. A Administração poderá aplicar glosa no pagamento mensal em caso de desempenho inferior ao estabelecido nos indicadores de resultado, proporcional ao grau de inexecução;

10.1.4. Eventuais glosas serão aplicadas de forma proporcional ao desempenho apurado, observado o disposto no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

10.1.5. Os preços apresentados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas, os quais serão considerados como finais;

10.1.6. Para o devido pagamento, o fornecedor deve obrigatoriamente possuir conta no Banco do Brasil ou gerar boleto bancário;

10.1.7. Ao ser emitida a nota fiscal referente ao objeto, a mesma deverá ser encaminhada ao Fiscal, através dos e-mails que será informado após a assinatura do contrato;

10.1.8. Havendo rejeição da NF ou boleto, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE;

10.1.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida;

10.1.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato;

10.1.11. Deverão estar incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços;

10.1.12. Devido ao encerramento do exercício financeiro, a nota fiscal referente ao serviço prestado em novembro deverá ser encaminhada impreterivelmente até o dia 06 de dezembro do corrente ano.

11. DA RETENÇÃO DO IMPOSTO

11.1. A CONTRATADA submeter-se-á para fins de retenção de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção das optantes pelo Simples Nacional e as pessoas jurídicas amparadas por isenção; imunidade; não incidência ou alíquota zero de imposto



de renda, as empresas enquadradas legalmente em incidência obrigatória previstas no anexo I da IN 1.234/2021 coluna 02 – IR das alíquotas, em consonância com a IN 2145/2023 e o disposto no Decreto Municipal 4.578/2023.

11.2. As retenções serão realizadas para fins de IRRF excluindo-se as CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, em conformidade com as disposições do item anterior;

11.3. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS (REACTUAÇÃO, REAJUSTE e REEQUILÍBRIO)

12.1. DA REACTUAÇÃO (Mão de Obra): A reactuação de preços visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quanto aos custos de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais.

12.1.1. O interstício mínimo de 1 (um) ano para a primeira reactuação será contado da data do acordo, convenção coletiva ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta. Para as reactuações subsequentes, o prazo conta-se da data do fato gerador da última reactuação.

12.1.2. A reactuação deverá ser pleiteada pela Contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ao fato gerador, sob pena de preclusão.

12.1.3. É vedada a reactuação para inclusão de custos não previstos na proposta original, salvo se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

12.2. DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO (Insumos e Materiais): Os custos decorrentes de insumos (materiais e equipamentos) serão reajustados anualmente pela variação acumulada do **IPCA/IBGE**.

12.2.1. O prazo de 1 (um) ano para o reajuste será contado da data do orçamento estimado da contratação.



12.2.2. O reajuste de que trata este item será formalizado por simples apostilamento, desde que observado o índice e o prazo estipulado.

12.3. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Revisão): A revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo, para mais ou para menos, visando restabelecer a relação pactuada, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. A Contratada deverá instruir o pedido com documentos que comprovem o nexo causal entre o evento ocorrido e o desequilíbrio financeiro, não sendo admitidas alegações genéricas.

12.4. DAS VEDAÇÕES: A Administração não se vinculará a disposições de acordos ou convenções coletivas que tratem de matérias não trabalhistas, participação nos lucros, ou direitos que se apliquem exclusivamente aos contratos com a Administração Pública.

12.5. ADVERTÊNCIA SOBRE O REGIME TRIBUTÁRIO (SIMPLES NACIONAL):

12.5.1. Considerando que o objeto caracteriza-se como cessão de mão de obra, nos termos da legislação tributária vigente, aplica-se a vedação prevista no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, sendo obrigatório o desenquadramento da licitante vencedora de tal regime tributário para fins de assinatura do contrato e execução dos serviços.

12.5.1.1. A vedação não impede a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que observada a correta composição de encargos trabalhistas, nos termos da legislação aplicável.

12.5.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada observar a compatibilidade de seu regime tributário com o objeto contratado, devendo a Planilha de Custos e Formação de Preços ser apresentada em conformidade com as alíquotas reais incidentes sobre a operação, sob pena de desclassificação por inexecuibilidade.



12.6. PRAZO DE RESPOSTA: O CONTRATANTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, para responder aos pedidos de repactuação ou reequilíbrio, após a entrega de toda a documentação comprobatória pela Contratada.

13. VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

13.1. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contados a partir do último dia previsto para o recebimento da apresentação do preço ofertado;

13.2. Os preços deverão ser apresentados por valor unitário e valor total em conformidade com o modelo de proposta comercial.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (DETALHAMENTO)

14.1.1. As condições de habilitação jurídica, fiscal, social e econômica são aquelas estabelecidas no Edital do certame.

14.1.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, as exigências detalhadas neste item visam garantir que a licitante possui experiência compatível com as dimensões e a rotina da Câmara Municipal de Jaguariúna.

14.1.3. Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços de limpeza e conservação predial em área produtiva total não inferior a **675,00 m² (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados)**, correspondente a 50% da área total objeto desta licitação.

14.1.3.1. A exigência de qualificação técnico-operacional recai sobre a execução de serviços de limpeza predial em metragem mínima equivalente a 50% do objeto, considerando que a complexidade da contratação está diretamente relacionada à gestão simultânea de mão de obra, insumos e rotinas operacionais em área física contínua, caracterizando-se como o principal fator de risco técnico da execução.

14.1.4. Os atestados de capacidade técnica deverão observar as seguintes condições:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

14.1.4.1. Serão aceitos atestados que comprovem a execução de serviços em períodos distintos, permitindo-se a somatória de quantitativos para o alcance do mínimo exigido.

14.1.4.2. Os atestados devem demonstrar o fornecimento de mão de obra qualificada e o uso de saneantes domissanitários e equipamentos compatíveis com o objeto.

14.1.4.3. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade dos atestados junto aos órgãos emissores, nos termos do Art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

14.1.5. A exigência do percentual de 50% fundamenta-se na essencialidade do serviço de higiene para a manutenção das atividades da Câmara Municipal e na necessidade de garantir que a empresa possua estrutura logística e operacional para gerir o contrato por resultados, conforme detalhado na **Justificativa de Exigência de Atestado de Capacidade Técnica** constante nos autos do processo administrativo.

15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1. Poderão participar da presente contratação todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos por este Termo de Referência.

15.2. Não poderão participar da presente contratação pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente impedido, ou suspenso com o Município de Jaguariúna/SP, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, ou que estejam direta ou indiretamente nas condições previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou, ainda:

15.3. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

15.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inc. V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

15.5. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos. IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do art. 74, incisos. IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

15.6. Não poderá participar desta licitação a sociedade cooperativa, visto que o objeto licitado envolve serviços de limpeza sob regime de subordinação, o que será incompatível com a natureza do cooperativismo, nos termos da Súmula nº 281 do TCU e do art. 5º da Lei nº 12.690/2012.

16. ESTIMATIVA DO PREÇO

16.1. O valor ESTIMADO da presente contratação é de:

16.2. VALOR MENSAL R\$ 6.898,66 (seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos).

16.3. GLOBAL R\$ 248.351,76 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).

16.4. A estimativa de custos foi consolidada mediante ampla pesquisa de mercado, utilizando-se como parâmetros pesquisa de preço **em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/21**, utilizando como referência a Planilha de Composição de Custos do CADTERC e as Planilha de Custos e formação de Preços – Apêndice A, Modelo 4 deste TR) fornecido pelo setor de RH desta Edilidade. O cálculo considera a área total do prédio principal da Câmara Municipal de Jaguariúna, integrada à metragem do imóvel locado para suporte administrativo.

16.4.1. Valores referenciais dos serviços de limpeza por tipo de área

Itens	Descrição	Área m²	Preços		
			Unitário Mensal (R\$ por m²)*	Total mensal (R\$ por m²)	Total Global (R\$ por 36 meses)
1	Áreas internas – pisos frios	390,70	R\$ 7,26	R\$ 2.836,48	R\$ 102.113,28
2	Áreas internas – piso acarpetado	48,31	R\$ 7,88	R\$ 380,68	R\$ 13.704,48
3	Áreas internas com espaços livres – saguão/hall/salão	194,91	R\$ 5,95	R\$ 1.159,71	R\$ 41.749,56
4	Áreas internas – sanitários	27,13	R\$ 8,11	R\$ 220,02	R\$ 7.920,72



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

5	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes / contíguos às edificações	17,12	R\$ 4,08	R\$ 69,85	R\$ 2.514,24
6	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	245,86	R\$ 2,21	R\$ 543,35	R\$ 19.560,60
7	Áreas externas – pátios e áreas verdes – alta frequência	120,70	R\$ 4,25	R\$ 512,98	R\$ 18.466,92
8	Áreas externas – pátios e áreas verdes – média frequência	47,17	R\$ 4,04	R\$ 190,57	R\$ 6.860,16
9	Áreas externas – pátios e áreas verdes – baixa frequência	159,67	R\$ 3,93	R\$ 627,50	R\$ 22.590,00
10	Vidros externos – com exposição à situação de risco	40,98	R\$ 4,35	R\$ 178,26	R\$ 6.417,36
11	Vidros externos – sem exposição à situação de risco	58,98	R\$ 3,04	R\$ 179,30	R\$ 6.454,44
Preço total mensal (R\$) Soma dos itens 1 a 11				R\$ 6.898,66	
Preço total (R\$) Preço Global para 36 (trinta e seis) meses					R\$ 248.351,76

**** Valores extraídos de pesquisa de preço em conformidade com o artigo 23 da Lei 14.133/21, conforme Planilha de estimativa de preço.***

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações e níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

17.2. As penalidades, multas e procedimentos para aplicação de sanções são aqueles definidos na **Cláusula de Sanções da Minuta do Termo de Contrato**, documento que integra este processo para todos os fins de direito.

17.3. A fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências que possam gerar sanções, garantindo-se à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa antes de qualquer aplicação de penalidade.

18. ADEQUAÇÃO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E COMPATIBILIDADE COM PCA.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

18.1. A presente contratação será custeada com recursos do Tesouro conforme abaixo:

18.2. Ficha 10

18.3. Despesa: 01.51.02.01.031.1001.2001. 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

18.4. **Subelemento da Despesa:** 78 – Limpeza e Conservação

18.4. **DA COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ANUAL:** A presente contratação encontra-se devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026** desta Câmara Municipal, sob o montante referencial de **R\$ 62.000,00**.

Declara-se que o objeto da presente contratação guarda estrita compatibilidade com as metas estratégicas e o cronograma de contratações desta Edilidade.

Eventual variação entre o valor estimado nesta fase preparatória e o valor preliminar lançado no PCA justifica-se pela necessidade de adequação aos índices vigentes na **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)** da categoria, bem como pelo detalhamento rigoroso da planilha de custos e formação de preços (insumos, encargos sociais e trabalhistas), que reflete a realidade de mercado no momento da instrução processual, nos termos do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021

19. HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

19.1. Para maiores esclarecimentos, os interessados podem entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, na sede da administração, no endereço mencionado no rodapé, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30 (dias úteis), pelo telefone (19) 3847-4336 ou pelo e-mail compras@jaguariuna.sp.leg.br. As dúvidas ou pedidos de esclarecimentos serão encaminhados ao responsável pela contratação.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Este Termo de Referência poderá ser alterado futuramente para garantir a correta apresentação dos dados necessários à proposta comercial, bem como para assegurar a conformidade com as condições estabelecidas pela legislação vigente.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

1.1. Tipo da Contratação: Prestação de Serviços Comuns e Contínuos por Regime de Resultados.

1.2. Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Asseio e Conservação Predial por regime de resultados vinculado o pagamento à qualidade, com o objetivo de obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados pela Câmara Municipal de Jaguariúna.

1.3. O horário de trabalho será configurado nos seguintes moldes: De segundas às quintas feiras das 07:00h às 17:00h e de sexta-feiras das 07:00h às 16:00h, totalizando 44h trabalhadas semanalmente.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. Para fins de fundamentação do presente estudo considerou-se limpeza como a “remoção de qualquer corpo indesejável, visível ou não, de uma superfície, sem alteração das características originais do item que está sendo limpo, e onde o processo utilizado não seja nocivo ao meio ambiente”.

2.2. Considerou-se como pisos frios aqueles constituídos ou revestidos de paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, madeira e similares.

2.3. As produtividades adotadas são conservadoras e deverão ser adaptadas para situações específicas. Os números foram obtidos a partir de dados históricos de contratos dos órgãos da administração pública do Estado de São Paulo, do Governo Federal, de trabalhos produzidos por especialistas do ramo e da legislação federal vigente, conforme o CADTERC 2024.

2.4. Na contratação de serviço de limpeza diária para áreas externas (pisos pavimentados adjacentes ou contíguos às edificações e varrição de passeios e arruamentos), deve-se observar as diferenças existentes na caracterização das áreas e a descrição dos serviços, tendo em vista que, apesar de apresentarem a mesma frequência de limpeza, têm produtividades distintas.

2.5. As especificações técnicas, os critérios para composição de preços, os encargos sociais, os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e os critérios de reajuste de preços foram desenvolvidos levando-se em consideração dados históricos do Estado de São Paulo. O Capítulo III do CADTERC 2024 apresenta os critérios e parâmetros adotados para a composição dos custos, bem como as fontes de pesquisa consideradas.



2.6. Foi definida como unidade de medida para contratação desses serviços o metro quadrado por mês ($m^2/mês$), tendo em vista a facilidade de administração e gerenciamento do contrato e consequente padronização no âmbito do Estado.

2.7. Foram pesquisadas e aplicadas as legislações pertinentes à prestação de serviços, incluindo as legislações específicas, referentes a licitações e contratos, encargos trabalhistas, previdenciários, tributário/fiscal, bem como os dissídios das convenções coletivas das categorias profissionais.

2.8. O termo “valores referenciais” refere-se aos valores definidos com base em composições técnicas estabelecidas para execução dos serviços e em preços médios referenciais obtidos no mercado, via processo de pesquisa “CADTERC”, e deverão ser utilizados como parâmetros de aceitabilidade dos menores preços ofertados, de forma que seja garantida a exequibilidade do mesmo.

2.9. Os valores referenciais apresentados deverão ser utilizados como parâmetros de aceitabilidade dos preços ofertados, foram obtidos com base no desenvolvimento de composição de preços, que buscou refletir as exigências contidas nas especificações técnicas e na legislação vigente. Para a composição de preços, foram utilizados parâmetros de produtividade e custos médios obtidos no mercado com mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, materiais, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à execução dos serviços, acrescidos da taxa de BDI, que engloba todos os custos e despesas indiretas, tributos e impostos, e a taxa de lucro da Contratada conforme CADTERC.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Áreas Internas – Pisos Acarpetados

São consideradas como áreas internas – pisos acarpetados aquelas revestidas de forração ou carpete.

3.1.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada, conforme quadro a seguir.

Quadro 1: Rotina e frequência de limpeza – pisos acarpetados

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	Manter os cestos isentos de resíduos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, dos aparelhos elétricos,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

	<p>dos extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. <p>Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; Aspirar o pó em todo o piso acarpetado; Remover manchas, sempre que possível, imediatamente após a sua formação, mas nunca esfregá-las, sob pena de aumentar a área afetada. No caso de as manchas serem de substâncias que contenham óleo ou gordura, recomenda-se retirar o excesso com um pano umedecido com álcool (sem esfregar) e, em seguida, usar um pano umedecido com água e sabão. Em seguida, enxugar com pano seco ou papel absorvente; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.</p>
SEMANAL	<p>Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos; Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado; Limpar telefones com a utilização do produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido; Retirar o pó e resíduos dos quadros com pano úmido; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.</p>
MENSAL	<p>Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e Executar os demais serviços considerados necessários à frequência mensal.</p>
TRIMESTRAL	<p>Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, lâmpadas, aletas e difusores; Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e Executar os demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.</p>
ANUAL	<p>Efetuar lavagem das áreas acarpetadas; e Executar os demais serviços considerados necessários à frequência anual.</p>

3.1.2. Considerações Finais

a) A lavagem do carpete deverá ser realizada quando realmente for necessária ou em função da especificação do fabricante, especialmente nos locais que apresentem alto tráfego de pessoas, tais como: halls, corredores etc.

b) Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

3.2. Áreas Internas – Pisos Frios



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

São consideradas como áreas internas – pisos frios aquelas constituídas ou revestidas de mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma, incluindo os sanitários.

3.2.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada, conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Rotina e frequência de limpeza – pisos frios

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	<p>Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e de outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;</p> <p>Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;</p> <p>Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;</p> <p>Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;</p> <p>Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris e caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. <p>Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;</p> <p>Passar pano úmido e polir os pisos, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;</p> <p>Limpar o piso da cozinha com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades, mantendo-a em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso, higienizando as mesas, bancadas, pias, armários, aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, fogão, microondas e geladeira;</p> <p>Limpar os elevadores com produto adequado;</p> <p>Limpar/remover o pó de capachos e tapetes; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.</p>
SEMANAL	<p>Limpar os azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;</p> <p>Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;</p> <p>Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;</p> <p>Limpar/polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;</p> <p>Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produto alergênico, usando apenas pano úmido;</p> <p>Lavar o piso e azulejos da cozinha com saneante domissanitário desinfetante,</p>



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

	realizando a remoção de sujidades, mantendo-a em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso, higienizando as mesas, os armários, aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, fogão, geladeira e microondas; Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
MENSAL	Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés; Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
TRIMESTRAL	Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores com o acompanhamento da manutenção; Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

3.2.2. Consideração Final

Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

3.3. Áreas Internas – Almojarifados

São consideradas como áreas internas – almojarifados as áreas utilizadas para depósito, estoque ou guarda de materiais diversos.

3.3.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 3: Rotina e frequência de limpeza – almojarifados

ETAPAS E ATIVIDADES	
QUINZENAL	Passar pano úmido em pisos, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares; Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal
MENSAL	Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos; Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado; Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado; Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.
TRIMESTRAL	Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores; Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

3.3.2. Consideração Final



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

3.4. Áreas Internas com Espaços Livres – Saguão, Hall e Salão

São consideradas como áreas internas aquelas com espaços livres como saguão, hall, salão e escadas revestidas com pisos frios ou acarpetados.

3.4.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 4: Rotina e frequência de limpeza – saguão, hall e salão

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	<p>Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;</p> <p>Remover o pó dos peitoris e caixilhos das janelas, bem como de bancos, cadeiras e demais móveis existentes, incluindo telefones, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. <p>Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando os para local indicado pelo Contratante;</p> <p>Passar pano úmido e polir os pisos, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;</p> <p>Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.</p>
SEMANAL	<p>Limpar portas, barras e batentes com produto adequado;</p> <p>Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;</p> <p>Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxidade ou atóxicos;</p> <p>Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido;</p> <p>Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.</p>
MENSAL	<p>Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;</p> <p>Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.</p>
TRIMESTRAL	<p>Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores;</p> <p>Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.</p>



3.4.2. Consideração Final

Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

3.5. Áreas Internas – Sanitários

São consideradas as atividades de limpeza e higienização realizadas de forma permanente e efetiva em instalações sanitárias em locais de âmbito interno.

3.5.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 5: Rotina e frequência de limpeza – sanitários internos.

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	<p>Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;</p> <p>Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;</p> <p>Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;</p> <p>Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;</p> <p>Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e- Evitar fazer a limpeza de partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos. <p>Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;</p> <p>Remover manchas;</p> <p>Passar pano úmido em mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;</p> <p>Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.</p>
SEMANAL	<p>Limpar azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;</p> <p>Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;</p> <p>Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.</p>
MENSAL	<p>Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;</p> <p>Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e</p> <p>Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.</p>



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

TRIMESTRAL	Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores; Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.
------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3.5.2. Consideração Final

Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

3.6. Áreas Externas – Pisos Pavimentados Adjacentes/Contíguos às Edificações

São consideradas como áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações aquelas circundantes aos prédios administrativos, revestidas de cimento, lajota, cerâmica etc.

3.6.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 6: Rotina e frequência de limpeza – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; Limpar e remover o pó de capachos; Limpar adequadamente cinzeiros; Varrer as áreas pavimentadas removendo detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observada a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do Contratante; Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária; e Lavar os pisos somente nas áreas circunscritas que apresentem sujeidade e manchas, observando as restrições do item 3.7.2. Utilização da Água.
SEMANAL	Lavar os pisos, observados os regramentos estabelecidos pelo item 3.7.2. da Água; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
MENSAL	Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

3.6.2. Consideração Final



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Os trapos e estopas contaminados nas atividades de polimento (ou em que se utilizem produtos considerados tóxicos) deverão ser segregados e ter destinação adequada.

3.7. Áreas Externas – Varrição de Passeios e Arruamentos

São consideradas como áreas externas – varrição de passeios e arruamentos áreas destinadas a estacionamentos (inclusive garagens cobertas), passeios, alamedas, arruamentos e demais áreas circunscritas nas dependências do Contratante.

3.7.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 7: Rotina e frequência de limpeza – varrição de passeios e arruamentos

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante; Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
SEMANAL	Executar serviços considerados necessários à frequência semanal.
MENSAL	Executar serviços considerados necessários à frequência mensal.

3.7.2. Utilização da Água

a) A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de mangueiras, baldes, panos molhados ou escovão.

b) Sempre que necessário, será permitida a lavagem com água de fontes disponíveis.

3.8. Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Alta Frequência (Uma Vez por Semana)

São consideradas como áreas externas – pátios e áreas verdes – alta frequência aquelas externas, presentes nas dependências do Contratante e que necessitam de limpeza semanal.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

3.8.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 8: Rotina e frequência de limpeza – pátios e áreas verdes – alta frequência

ETAPAS E ATIVIDADES	
SEMANAL	Retirar os detritos dos cestos, removendo-os para local indicado pelo Contratante; Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3.8.2. Utilização de Água

- A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de mangueiras, baldes, panos molhados ou escovão.
- Sempre que necessário, será permitida a lavagem com água de fontes disponíveis.

3.9. Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Média Frequência (Uma Vez por Quinzena)

São consideradas como áreas externas – pátios e áreas verdes – média frequência aquelas externas, presentes nas dependências do Contratante e que necessitam de limpeza quinzenal.

3.9.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 9: Rotina e frequência de limpeza – pátios e áreas verdes – média frequência

ETAPAS E ATIVIDADES	
QUINZENAL	Retirar os detritos dos cestos, removendo-os para local indicado pelo Contratante; Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do Contratante; e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

	Executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.
--	---------------------------------------------------------------------------

3.9.2. Utilização de Água

- A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de mangueiras, baldes, panos molhados ou escovão.
- Sempre que necessário, será permitida a lavagem com água de fontes disponíveis.

3.10. Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Baixa Frequência (Uma Vez por Mês)

São consideradas como áreas externas – pátios e áreas verdes – baixa frequência aquelas externas, presentes nas dependências do Contratante e que necessitam de limpeza mensal.

3.10.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 10: Rotina e frequência de limpeza – pátios e áreas verdes – baixa frequência

ETAPAS E ATIVIDADES	
MENSAL	Retirar os detritos dos cestos, removendo-os para local indicado pelo Contratante; Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante; Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

3.10.2. Utilização de Água

- A limpeza dos pisos pavimentados somente será feita por meio de varredura e recolhimento de detritos ou por meio da utilização de mangueiras, baldes, panos molhados ou escovão.
- Sempre que necessário, será permitida a lavagem com água de fontes disponíveis.

3.11. Áreas Externas – Coleta de Detritos em Pátios e Áreas Verdes – Frequência Diária

São consideradas como áreas externas – coleta de detritos em pátios e áreas verdes – frequência diária aquelas externas, com e sem pavimentos, pedregulhos, jardins e gramados.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

3.11.1. Rotina e Frequência de Limpeza

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Quadro 11: Rotina e frequência de limpeza – coleta de detritos em pátios e áreas verdes

ETAPAS E ATIVIDADES	
DIÁRIA	Retirar os detritos dos cestos de lixo, removendo-os para local indicado pelo Contratante; e Coletar papéis, detritos e folhagens das áreas, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante.

3.12.1. Vidros Externos – Frequência Trimestral e Semestral – Com ou Sem Exposição à Situação de Risco

São considerados como vidros externos aqueles localizados nas fachadas das edificações. Os vidros externos são compostos por face interna e face externa.

A quantificação da área dos vidros externos deverá se referir somente a uma de suas faces.

3.12.2. Descrição dos Serviços

Os serviços serão executados pela Contratada conforme quadro a seguir.

Ressalta-se que a limpeza da face externa dos vidros externos pode ser realizada tanto trimestralmente quanto semestralmente.

Quadro 12: Rotina e frequência de limpeza – vidros externos – trimestral e semestral – com ou sem exposição à situação de risco

Etapas, Atividades e Frequências de Limpeza dos Vidros Externos

ETAPAS E ATIVIDADES	
QUINZENAL	Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
TRIMESTRAL	Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.
SEMESTRAL	Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.



4. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para isso:

4.1.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissional da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

4.1.2. Examinar as carteiras profissionais dos empregados da Contratada para comprovar o registro de função profissional.

4.1.3. Solicitar à Contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário, material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, que não atendam às necessidades.

4.1.4. Utilizar-se do Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial – Modelo 2 – ANEXO II, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.

4.1.5. Executar mensalmente a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato.

4.1.6. Encaminhar à Contratada o Relatório Mensal de Qualidade dos Serviços de Limpeza, para conhecimento da avaliação e do fator de desconto a ser efetuado no valor a ser efetuado pelos serviços prestados.

5. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A avaliação da CONTRATADA na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial se faz por meio de análise dos seguintes aspectos;

- a) Equipamentos, Produtos e Técnicas de Limpeza;
- b) Inspeção dos Serviços nas Áreas.



5.2. Caberá ao CONTRATANTE designar Comissão de Fiscalização, responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo certificados mensais de prestação e avaliação dos serviços, observando, entre outros, os seguintes critérios:

- 5.2.1.** Avaliação de limpeza de todas as superfícies fixas horizontais e verticais.
- 5.2.2.** Avaliação da execução dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial.
- 5.2.3.** Reabastecimento dos descartáveis como: papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e sacos para o acondicionamento dos resíduos.
- 5.2.4.** Avaliação das condições de limpeza dos dispensadores de sabonete.
- 5.2.5.** Avaliação dos produtos utilizados, com a correta diluição em quantidade adequada para a execução das tarefas.
- 5.2.6.** Verificação dos cestos e sacos de lixo adequados em cada recipiente atentando-se para a quantidade de lixo que não deve ultrapassar 2/3 da capacidade.
- 5.2.7.** Avaliação das condições de manutenção da ordem e da limpeza no que tange à higienização.
- 5.2.8.** O piso deve estar seco, limpo.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

6.1. A avaliação da qualidade dos serviços deverá ser efetuada periodicamente pela Comissão de Fiscalização, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação os serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios em conceitos de Ótimo, Bom, Regular e Ruim em cada um dos itens vistoriados.

6.2. No FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS (Modelo 2, constante no ANEXO II), devem ser atribuídos os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”. Equivalentes, respectivamente, aos valores 100, 80, 50 e 30 para cada um dos itens avaliados.

ÓTIMO - Refere-se à conformidade total dos critérios, como:

- ☐ Inexistência de poeira;
- ☐ Inexistência de sujeira;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

- ☐ Vidros limpos;
- ☐ Todos os dispensadores limpos e abastecidos corretamente;
- ☐ Recipientes para o acondicionamento dos resíduos limpos, com embalagens adequadas e volume até 2/3;
- ☐ Funcionários devidamente treinados, uniformizados e utilizando EPIs adequados;
- ☐ Materiais e produtos padronizados e em quantidade suficiente;

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:

- ☐ Ocorrência de poeira em local isolado;
- ☐ Ocorrência isolada de lixeira fora do padrão;
- ☐ Ocorrência isolada no reabastecimento;

REGULAR – Refere-se à desconformidade parcial dos critérios, como:

- ☐ Ocorrência de poeira em vários locais;
- ☐ Ocorrência de várias lixeiras fora do padrão;
- ☐ Ocorrências por falta de reabastecimento;
- ☐ Piso sujo e molhado;

RUIM - Refere-se à desconformidade total dos critérios, como:

- ☐ Poeira e sujidades em salas/escritórios e demais dependências;
- ☐ Ocorrência de poeira em superfícies fixas e visíveis;
- ☐ Não reabastecimento de descartáveis, uso incorreto dos sacos de lixo nos recipientes;
- ☐ Lixeiras sujas e transbordando;
- ☐ Piso molhado ou sujo, oferecendo risco de acidentes;
- ☐ Não cumprimento do plano de atividades e do cronograma de limpeza sem justificativas ou sem comunicação com o CONTRATANTE;
- ☐ Funcionário com uniforme e EPIs incompletos;
- ☐ Execução de limpeza sem técnica adequada;
- ☐ Materiais, produtos ou equipamentos incompletos ou em quantidade insuficiente;
- ☐ Sanitários e vestiários sujos;



7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

7.1. Cabe à Comissão de Fiscalização, com base no FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS, efetuar o acompanhamento periódico dos serviços prestados, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da CONTRATADA.

7.2. No final do mês de apuração, a Comissão de Fiscalização elaborará em até 5 (cinco) dias após o fechamento as medições, os FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS (modelo 2, constante no ANEXO II) gerados no período, juntamente com a consolidação da avaliação de desempenho da CONTRATADA, através do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (modelo 3, constante no ANEXO III), apurando-se o percentual de liberação da fatura correspondente, encaminhando uma via para a CONTRATADA.

8. DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, na sede da administração, no endereço mencionado no rodapé, no horário das 8h30min as 16h30min, de segunda a sexta-feira (dias de expediente), pelo telefone (19) 3847-4336, ou por e-mail rosangelaribeiro@jaguariuna.sp.leg.br.



Apêndice A do Anexo I

MODELO 1 – FORMULÁRIO DE OCORRÊNCIAS PARA MANUTENÇÃO

	Contrato nº	Administrador
	Empresa Contratada	Encarregado
	Contratante	Área (endereço)
DATA _/_/	Tipo de Ocorrências <input type="checkbox"/> Tomeiras <input type="checkbox"/> Bebedouros/Purificadores de Água <input type="checkbox"/> Lâmpadas <input type="checkbox"/> Fios e Tomadas <input type="checkbox"/> Equipamentos Eletroeletrônicos <input type="checkbox"/> Acessórios <input type="checkbox"/> Utilização indevida (água/energia) <input type="checkbox"/> Outros	
	Descritivo <input type="checkbox"/> Vazamentos <input type="checkbox"/> Substituições <input type="checkbox"/> Ajustes <input type="checkbox"/> Outros (discriminar) _____	
	Local	Cliente Contratante (visto e data)
DATA _/_/	Tipo de Ocorrências <input type="checkbox"/> Tomeiras <input type="checkbox"/> Bebedouros/Purificadores de Água <input type="checkbox"/> Lâmpadas <input type="checkbox"/> Fios e Tomadas <input type="checkbox"/> Equipamentos Eletroeletrônicos <input type="checkbox"/> Acessórios <input type="checkbox"/> Utilização indevida (água/energia) <input type="checkbox"/> Outros	
	Descritivo <input type="checkbox"/> Vazamentos <input type="checkbox"/> Substituições <input type="checkbox"/> Ajustes <input type="checkbox"/> Outros (discriminar) _____	
	Local	Cliente Contratante (visto e data)
DATA _/_/	Tipo de Ocorrências <input type="checkbox"/> Tomeiras <input type="checkbox"/> Bebedouros/Purificadores de Água <input type="checkbox"/> Lâmpadas <input type="checkbox"/> Fios e Tomadas <input type="checkbox"/> Equipamentos Eletroeletrônicos <input type="checkbox"/> Acessórios <input type="checkbox"/> Utilização indevida (água/energia) <input type="checkbox"/> Outros	
	Descritivo <input type="checkbox"/> Vazamentos <input type="checkbox"/> Substituições <input type="checkbox"/> Ajustes <input type="checkbox"/> Outros (discriminar) _____	
	Local	Cliente Contratante (visto e data)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

MODELO 2 – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

1) TODOS OS AMBIENTES

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
Armários (face externa)					
Batentes					
Filtros e/ou Bebedouros					
Mesas					
Cadeiras					
Móveis em geral					
Cortinas e/ou persianas					
Placas indicativas					
Divisórias					
Dispensadores de papel toalha					
Dispensadores de papel higiênico					
Escadas					
Elevador(es) (se houver)					
Espelhos e interruptores					
Espelhos e tomadas					
Gabinetes (pias)					
Interruptores					
Janelas (face externa)					
Janelas (face interna)	*				
Luminárias (similares)					
Luzes Emergência					
Maçanetas					
Prateleiras					
Paredes					
Pias					
Torneiras					
Corrimãos					
Cestos de lixo					
Tomadas					
Pisos					
Peitoril das janelas					
Quadros em geral					
Portas					
Extintores de incêndio					
Ralos					
Rodapés					
Saídas de ar-condicionado					
Saboneteiras (face externa)					
Teto					
Telefones					
Ventiladores					
Vidros internos					
Vidros externos (face interna)					
Vidros externos (face externa)					

2) SANITÁRIO



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
Abastecimento de material higiênico					
Azulejos					
Box					
Chuveiros					
Cestos de lixo					
Dispensadores de papel toalha					
Dispensadores de papel higiênico					
Divisórias (granito)					
Espelhos					
Gabinetes					
Interruptores					
Janelas					
Luminárias (e similares)					
Parapeitos					
Pias					
Pisos					
Portas (batentes, maçanetas)					
Ralos					
Rodapés					
Saboneteiras (face externa)					
Saídas de ar-condicionado					
Tomadas					
Torneiras					
Teto					
Válvulas de descarga					
Vasos sanitários					
Vidros Box					
Vidros Externos (face externa)					
Vidros Externos (face interna)					
Vidros Internos					

3) ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES – SAGUÃO, HALL E SALÃO

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
Elevador(es) (se houver)					
Escadas					
Pisos					
Rampas					

4) EQUIPAMENTOS E UTENCÍLIOS DE LIMPEZA

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
Equipamentos					
Produtos de limpeza					

5) APRESENTAÇÃO/UNIFORMES



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	NÃO SE APLICA
Equipamentos de Proteção Individual – EPIs					
Uniforme					

MODELO 3 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contrato nº _____ Período: _____ Data: _____

CONTRATADA:

Quantidade de itens vistoriados	Qtde (a)	Equivalência (b)	Pontos Obtidos (Y= AxB)
Conceito Ótimo		X 100	
Conceito Bom		X 80	
Conceito Regular		X 50	
Conceito Ruim		X 30	
Total			

Quantidade de itens vistoriados = X

A nota será obtida mediante o resultado da somatória total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de itens vistoriados (X).

$$NOTA = \frac{\sum Y}{X}$$

X

RESULTADO FINAL:

Liberação total da fatura: NOTA maior ou igual a 90 PONTOS

Liberação de 90% da fatura: NOTA maior ou igual a 70 PONTOS e menor que 90 PONTOS

Liberação de 80% da fatura: NOTA maior ou igual a 60 PONTOS e menor que 70 PONTOS

Liberação de 65% da fatura: NOTA maior ou igual a 50 PONTOS e menor que 60 PONTOS

Liberação de 50% da fatura: NOTA menor que 50 PONTOS

P/ Comissão de Fiscalização

P/ Contratada



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

MODELO 4 – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DETALHAMENTO)

QUADRO I - MÃO DE OBRA MENSAL (REFERÊNCIA CCT 2025/2026)

Discriminação	Valor (R\$)
A - Remuneração	
A1 - Salário-Base (Conforme CCT)	R\$ 1.837,40
A2 - Adicional de Insalubridade (40% s/ Salário-Mínimo) *	-
A3 - Adicional de Periculosidade	-
A4 – Feriado Remunerado	-
A5 – Folguista	-
A6 – Reflexo Sobre o Repouso Semanal Remunerado	-
TOTAL DO GRUPO A	R\$ 1.837,40
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	27,76%

QUADRO II - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (MENSAL)

Discriminação	Valor (R\$)
B1 - Vale Refeição (Valor facial x dias úteis)	R\$ 439,80
Custo Mensal	R\$ 517,55
Dia da Categoria (16 de maio)	R\$ 1,73
Parcela do Trabalhador	R\$ -34,65
Crédito PIS/COFINS	R\$ -44,83



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

B2 - Vale Transporte (Custo real - 6% desc. previsto em lei) Custo Mensal	R\$ 148,37
Parcela do Trabalhador	R\$ 273,73
	R\$ 110,24
Crédito PIS/COFINS	R\$ -15,12
B3 - Cesta Básica (Conforme CCT)	R\$ 137,86
Custo com Cesta Básica	R\$ 151,91
Crédito PIS/COFINS	R\$ -14,05
B4 - Assistência Médica/Odontológica e Seguro de Vida	R\$ 33,66
Custo com Assistência Médica/Odontológica e Seguro de Vida	R\$ 37,09
Crédito PIS/COFINS	R\$ -3,43
B5 - Benefício Social Familiar e Outros (CCT)	R\$ 15,20
Custo com Benefício Social Familiar e Outros (CCT)	R\$ 16,75
Crédito PIS/COFINS	R\$ -1,55
B6 – Auxílio Creche	R\$ 18,37
B7 – Norma Regulamentadora Nº 07	R\$ 11,79
B8 – Prêmio Assiduidade	R\$ 315,00
TOTAL DO GRUPO B	R\$ 1.120,05
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	16,93%

QUADRO III - INSUMOS (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

Discriminação	Valor (R\$)
C1 -	R\$ 44,50
Uniformes	R\$ 49,04
Custo	R\$ -4,54
Mensal	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Crédito PIS/COFINS	
C2 – EPI	R\$ 7,64
Custo Mensal	R\$ 8,42
Crédito PIS/COFINS	R\$ -0,78
C3 - Material	R\$ 558,16
C4 – Limpeza de vidros	R\$ 262,57
TOTAL DO GRUPO C	R\$ 872,87
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	13,19%

QUADRO IV – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Discriminação	Valor (R\$)
D1 – Encargos Previdenciários e FGTS	R\$ 676,16
D2 – 13º Salário + Adicional de Férias	R\$ 311,81
D3 – Afastamento Maternidade	R\$ 0,95
D4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 292,46
D5 – Custo de Rescisão	R\$ 53,36
D6 - Outros	R\$ 12,18
TOTAL DO GRUPO D	R\$ 1.346,92
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	20,35%

QUADRO V – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Discriminação	Valor (R\$)
E1 - Custos Indiretos	R\$ 301,08
E2 - Lucro Líquido	R\$ 394,38
E3 –	R\$ 744,42
Tributos ISS	R\$ 132,34
PIS	R\$ 109,18
COFINS	R\$ 502,90
TOTAL DO GRUPO E	R\$ 1.439,89
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	21,76%

RESUMO FINAL DO POSTO DE TRABALHO

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO (A + B + C + D + E)	R\$ 6.617,13
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	100%



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA – SP

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 02/2026

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Proposta de Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Asseio e Conservação Predial por regime de resultados vinculado o pagamento à qualidade, com o objetivo de obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados pela Câmara Municipal de Jaguariúna.

1. DADOS DO FORNECEDOR

DADOS DO FORNECEDOR		
Razão social:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:	I.E.:	
Endereço:		Nº:
Complemento:	Bairro: x	
Município:	Estado:	CEP:
Enquadramento: <input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> EIRELI <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI		



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Telefone:	E-mail:		
DADOS DO ADMINISTRADOR			
Nome:		CPF:	
Telefone:	E-mail:		
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA PROPOSTA			
Nome:		CPF:	
Cargo/Função			
Telefone:	E-mail:		
DADOS BANCÁRIOS			
Banco:	Ag.:	Conta:	Boleto: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

2. PROPOSTA DE PREÇOS (RESUMO)

Apresentamos nossa proposta para a execução dos serviços objeto deste certame, conforme especificações do Termo de Referência:

2.1. Proposta de Preço para serviços – Mensal e Global

Item	Descrição do Serviço	Unid.	Qtd.	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (36 meses)
01	Prestação de Serviços de Limpeza conforme TR e	Mês	36	R\$ [____]	R\$ [____]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Anexos				
--------	--	--	--	--

VALOR GLOBAL TOTAL (POR EXTENSO): [Escrever o valor global para 36 meses]

2.2. Descrição dos Itens objeto da Licitação (área em m²)

Item	Área (m2)	Descrição	Valor Unitário	Valor multiplica (área x valor unit.)
1	390,7	Áreas internas - pisos frios		
2	48,31	Áreas internas - piso acarpetado		
3	194,91	Áreas internas com espaços livres – saguão/hall/salão		
4	27,13	Áreas internas – sanitários		
5	17,12	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes / contíguos às edificações		
6	245,86	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos		
7	120,7	Áreas externas – pátios e áreas verdes – alta frequência		
8	47,17	Áreas externas – pátios e áreas verdes – média frequência		
9	159,67	Áreas externas – pátios e áreas verdes – baixa frequência		
10	40,98	Vidros externos – com exposição à situação de risco		
11	58,98	Vidros externos – sem exposição à situação de risco		

Nota Complementar:

O quadro acima representa o preço por m² e deverá ser acompanhada da Planilha de Custos e Formação de Preços detalhada (conforme item 3 abaixo). Esta planilha tem como finalidade exclusiva a comprovação da exequibilidade dos preços apresentados por m², bem como servirá de base para futuras repactuações de preços em virtude de novas convenções



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

coletivas de trabalho ou alterações tributárias, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (DETALHAMENTO)

Esta planilha deve ser preenchida para cada categoria profissional prevista (ex: Auxiliar de Limpeza) e em conformidade com o modelo 4 do Apêndice A do Anexo I.

QUADRO I - MÃO DE OBRA (REFERÊNCIA CCT 2025/2026)

Discriminação	Valor (R\$)
A - Remuneração	
A1 - Salário-Base (Conforme CCT)	
A2 - Adicional de Insalubridade (40% s/ Salário-Mínimo) *	
A3 - Adicional de Periculosidade	
A4 – Feriado Remunerado	
A5 – Folguista	
A6 – Reflexo Sobre o Repouso Semanal Remunerado	
TOTAL DO GRUPO A	
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	

QUADRO II - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (MENSAL)

Discriminação	Valor (R\$)
B1 - Vale Refeição (Valor facial x dias úteis)	
Custo Mensal	
Dia da Categoria (16 de maio)	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Parcela do Trabalhador	
Crédito PIS/COFINS	
B2 - Vale Transporte (Custo real - 6% desc. previsto em lei)	
Custo Mensal	
Parcela do Trabalhador	
Crédito PIS/COFINS	
B3 - Cesta Básica (Conforme CCT)	
Custo com Cesta Básica	
Crédito PIS/COFINS	
B4 - Assistência Médica/Odontológica e Seguro de Vida	
Custo com Assistência Médica/Odontológica e Seguro de Vida	
Crédito PIS/COFINS	
B5 - Benefício Social Familiar e Outros (CCT)	
Custo com Benefício Social Familiar e Outros (CCT)	
Crédito PIS/COFINS	
B6 – Auxílio Creche	
B7 – Norma Regulamentadora Nº 07	
B8 – Prêmio Assiduidade	
TOTAL DO GRUPO B	
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

QUADRO III - INSUMOS (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

Discriminação	Valor (R\$)
C1 - Uniformes	
Custo Mensal	
Crédito PIS/COFINS	
C2 – EPI	
Custo Mensal	
Crédito PIS/COFINS	
C3 - Material	
C4 – Limpeza de vidros	
TOTAL DO GRUPO C	
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	

QUADRO IV – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Discriminação	Valor (R\$)
D1 – Encargos Previdenciários e FGTS	
D2 – 13º Salário + Adicional de Férias	
D3 – Afastamento Maternidade	
D4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
D5 – Custo de Rescisão	
D6 - Outros	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

TOTAL DO GRUPO D	
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	

QUADRO V – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

Discriminação	Valor (R\$)
E1 - Custos Indiretos	
E2 - Lucro Líquido	
E3 – Tributos	
ISS	
PIS	
COFINS	
TOTAL DO GRUPO E	
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	

RESUMO FINAL DO POSTO DE TRABALHO

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VALOR TOTAL MENSAL DO POSTO (A + B + C + D + E)	
*Percentual referente ao valor total mensal do custo do posto	

4. CONDIÇÕES GERAIS

- **Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias contados da data de abertura.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

- **Prazo de Execução:** Conforme Edital (Contrato Contínuo).
- **Regime de Execução:** Prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, mensurada por indicadores de resultado.
- **Garantia dos Serviços:** Conforme as normas do CADTERC e Termo de Referência.

Nos preços acima estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos, materiais, equipamentos e lucro.

5. DECLARAÇÕES COMPROMISSÓRIAS

A proponente declara que:

1. Que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, EPIs, fardamento, materiais, equipamentos e lucro (BDI).
2. Que aceita integralmente as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
3. A proposta tem validade de **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.
4. Que os serviços serão executados por profissionais qualificados, sob regime de dedicação exclusiva (conforme o caso) e jornada de 44h semanais.
5. Que manterá a qualidade técnica exigida, submetendo-se ao Relatório de Avaliação da Qualidade (IMR) previsto no Termo de Referência.

[CIDADE/UF], [DIA] de [MÊS] de 2026.

Assinatura do Representante Legal

(Assinatura Digital Gov.br ou Certificado Digital)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA/SP, POR MEIO DE SUA CÂMARA MUNICIPAL, E _____, sob o regime da Lei nº 14.133/2021.

Pelo presente instrumento, de um lado o **Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, por meio de sua Câmara Municipal**, com sede na Rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro desta Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo – CEP. 13.910-009, e inscrição do CNPJ sob nº 51.313.955/0001-30, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Vereador **Rodrigo Reis de Souza**, brasileiro, solteiro, político, portador do RG Nº 41.967.564-4 e CPF Nº 380.116.348-28, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro I, nº 247 – Bairro Vila Sete de Setembro – Jaguariúna – Estado de São Paulo – CEP: 13.910-001, e de outro lado, a **empresa** _____, situada à Rua/Av. _____, nº _____, Complemento: _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Estado: _____, CEP: _____, endereço eletrônico: _____, telefones: (____) _____, (____) _____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por Sr.(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato de prestação de serviços com fornecimento de material, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/26**, fundamentado no **art. 28, I da Lei Federal nº 14.133/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem a **licitação**, inclusive a **proposta** apresentada pelo CONTRATADO, e **Termo de Referência**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Asseio e Conservação Predial por regime de resultados vinculado o pagamento à qualidade, com o objetivo de obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, em locais determinados pela Câmara Municipal de Jaguariúna.

2.2. O presente contrato é regido pelas disposições contidas no art. 28, I da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES, DAS QUANTIDADES E DO PAGAMENTO

3.1. O valor total para a presente contratação é de R\$ X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXX).

3.2. Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução do objeto, com o fornecimento de material, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

3.3.

Item	Descrição do Serviço	Unid	Qtd.	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (36 meses)
01	Prestação de Serviços de Limpeza conforme TR e Anexos	Mês	36	R\$ []	R\$ []

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

4.1. Os serviços prestados deverão ser efetuados mediante Autorização de Fornecimento de Serviço, emitida por responsável competente do Setor de Compras devidamente assinada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

4.1.1. A Contratante expedirá a Autorização de Fornecimento de Serviço (AF) em até 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura deste contrato.

4.2. Os serviços serão executados na sede principal da Câmara Municipal de Jaguariúna, situada à rua Cel. Amâncio Bueno, 446, Centro, CEP 13910-009, Jaguariúna/SP, bem como no imóvel locado, situado na rua José Alves Guedes, 380, Centro, CEP 139010-021, de segundas às quintas feiras das 07:00h às 17:00h e de sextas feiras das 07:00h às 16:00h, totalizando 44h trabalhadas semanalmente.

4.3. Os serviços realizados em desconformidade com este Termo de Referência serão reprovados.

4.4. Do Recebimento do Objeto/Serviços:

4.4.1. O recebimento do objeto contratado ficará sob a responsabilidade da Comissão de Fiscalização designada através de Portaria nº 26/2025 e em conformidade com a Resolução nº 233/24 desta Câmara Municipal;

4.4.2. Na hipótese de os serviços/entregas não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

4.4.3. Os serviços realizados em desconformidade com este TERMO DE REFERÊNCIA serão reprovados;

4.4.4. Para o recebimento e aceitação do objeto, serão observadas no que couber, as disposições contidas no artigo 140, I da Lei Nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, das seguintes formas:

4.4.5. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme Resolução nº 233 de 21 de fevereiro de 2024;

4.4.6. Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto nos itens acima, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços;

4.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

4.4.8. A execução dos serviços deste objeto, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências da Autorização de Serviço e todas as especificações determinadas pelo CONTRATANTE, de acordo com as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA e TERMO DE CONTRATO;

4.4.9. Os serviços prestados em desacordo com o especificado no Termo de Referência serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução;

4.4.10. A notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

4.4.11. Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à CONTRATADA, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

4.4.12. O CONTRATANTE poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;

4.4.12.1. O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, defesa previstas em Lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento **no prazo de 30 (trinta) dias** corridos, após a emissão da Nota Fiscal e consequente aceite, devendo estas serem emitidas após a realização de cada serviço.

5.2. A Administração poderá aplicar glosa no pagamento mensal em caso de desempenho inferior ao estabelecido nos indicadores de resultado, proporcional ao grau de inexecução;

5.3. Os preços apresentados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas, os quais serão considerados como finais;

5.4. Para o devido pagamento, o fornecedor deve obrigatoriamente possuir conta no Banco do Brasil ou gerar boleto bancário;

5.5. Ao ser emitida a nota fiscal referente ao objeto, a mesma deverá ser encaminhada ao Fiscal, através dos e-mails que será informado após a assinatura do contrato;

5.6. Havendo rejeição da NF ou boleto, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE;

5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida;

5.8. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato;

5.9. Deverão estar incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços;

5.10. Devido ao encerramento do exercício financeiro, a nota fiscal referente ao serviço prestado em novembro deverá ser encaminhada impreterivelmente até o dia 06 de dezembro do corrente ano.

5.11. Da retenção do Imposto

5.11.1. A CONTRATADA submeter-se-á para fins de **retenção de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção das optantes pelo Simples Nacional** e as pessoas jurídicas amparadas por isenção; imunidade; não incidência ou alíquota zero de imposto de renda, as empresas enquadradas legalmente em incidência obrigatória previstas no anexo I da IN 1.234/2021 coluna 02 – IR das alíquotas, em consonância com a IN 2145/2023 e o disposto no Decreto Municipal 4.578/2023.

5.11.2. As retenções serão realizadas para fins de IRRF excluindo-se as CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, em conformidade com as disposições do item anterior.

5.11.3. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS (REPACTUAÇÃO, REAJUSTE e REEQUILÍBRIO)

6.1. DA REPACTUAÇÃO (Mão de Obra): A repactuação de preços visa a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro quanto aos custos de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais.

6.1.1. O interstício mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado da data do acordo, convenção coletiva ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta. Para as repactuações subsequentes, o prazo conta-se da data do fato gerador da última repactuação.



6.1.2. A repactuação deverá ser pleiteada pela Contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ao fato gerador, sob pena de preclusão.

6.1.3. É vedada a repactuação para inclusão de custos não previstos na proposta original, salvo se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

6.2. DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO (Insumos e Materiais): Os custos decorrentes de insumos (materiais e equipamentos) serão reajustados anualmente pela variação acumulada do **IPCA/IBGE**.

6.2.1. O prazo de 1 (um) ano para o reajuste será contado da data do orçamento estimado da contratação.

6.2.2. O reajuste de que trata este item será formalizado por simples apostilamento, desde que observado o índice e o prazo estipulado.

6.3. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Revisão): A revisão de preços poderá ocorrer a qualquer tempo, para mais ou para menos, visando restabelecer a relação pactuada, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1. A Contratada deverá instruir o pedido com documentos que comprovem o nexo causal entre o evento ocorrido e o desequilíbrio financeiro, não sendo admitidas alegações genéricas.

6.4. DAS VEDAÇÕES: A Administração não se vinculará a disposições de acordos ou convenções coletivas que tratem de matérias não trabalhistas, participação nos lucros, ou direitos que se apliquem exclusivamente aos contratos com a Administração Pública.

6.5. ADVERTÊNCIA SOBRE O REGIME TRIBUTÁRIO (SIMPLES NACIONAL):

6.5.1. Considerando que o objeto caracteriza-se como cessão de mão de obra, nos termos da legislação tributária vigente, aplica-se a vedação prevista no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, sendo obrigatório o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

desenquadramento de tal regime tributário para fins de assinatura deste contrato e execução dos serviços.

6.5.1.1. A vedação não impede a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que observada a correta composição de encargos trabalhistas, nos termos da legislação aplicável.

6.5.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada observar a compatibilidade de seu regime tributário com o objeto contratado, devendo a Planilha de Custos e Formação de Preços ser apresentada em conformidade com as alíquotas reais incidentes sobre a operação, sob pena de desclassificação por inexecuibilidade.

6.6. PRAZO DE RESPOSTA: O CONTRATANTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, para responder aos pedidos de repactuação ou reequilíbrio, após a entrega de toda a documentação comprobatória pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Para a presente contratação não será exigida garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários da Câmara Municipal de Jaguariúna, onerando as seguintes dotações:

8.2. **Ficha 10**

8.3. **Despesa:** 01.51.02.01.031.1001.2001. 3.3.90.39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*.

8.4. **Subelemento da Despesa:** 78 – *Limpeza e Conservação*

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

9.1. Vigência: A contratação vigorará pelo período de 36 (trinta e seis) meses, e pago em parcelas mensais de acordo com o serviço executado, contados da data de sua assinatura.

9.2. Prorrogação: Este contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, mediante Termo Aditivo, até o limite da Lei em conformidade com o art. 107 da Lei nº 4.133/2021, desde que a Administração Pública justifique a necessidade de sua continuidade e que a prorrogação seja vantajosa para o órgão.

9.3. Encaminhamento: A prorrogação deverá ser solicitada pela Contratante à Contratada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência.

9.4. Aviso de Não Interesse (Contratada): A Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante sobre a ausência de interesse na prorrogação do contrato com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e as respectivas atribuições fixadas pela resolução 233 de 2024, desta Câmara Municipal.

10.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

10.3. O acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto em questão ficarão sob a responsabilidade do fiscal e gestor do contrato.

10.4. O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/21.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

10.4.1. O eventual descumprimento dessas condições poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais e, nos casos cabíveis, a rescisão do contrato.

10.5. Fica nomeado Fiscal ou Comissão de Fiscalização do presente termo, através de Portaria nº 026/2025, servidor desta Casa de Leis.

10.6. O Gestor do Contrato nomeado pelo Presidente da Câmara, conforme Portaria nº 092/2025.

10.7. O fiscal terá acesso a todas as áreas e informações necessárias para avaliar o desempenho da CONTRATADA.

10.8. A fiscalização será realizada mensalmente, conforme recebimento das medições do contrato.

10.9. Caberá ao fiscal do contrato verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

11.1. As obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas estabelecidas detalhadamente no Termo de Referência – Anexo I do Edital, o qual integra este Contrato para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

11.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Termo de Referência e na legislação vigente (especialmente a Lei nº 14.133/2021).

11.3. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto;
- c) Substituir, imediatamente, qualquer funcionário cuja conduta seja considerada inconveniente pela Fiscalização;
- d) Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários em estrita observância às especificações do Termo de Referência.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

e) Cumprir integralmente todas as obrigações específicas, técnicas e operacionais detalhadas nos itens 6 e 7 do Termo de Referência (Anexo I), bem como as diretrizes de execução contidas nos itens 4 e 5 da parte específica do referido documento

11.4. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa entregar os serviços conforme cronograma;
- b) Exercer a fiscalização e gestão do contrato, comunicando eventuais falhas;
- c) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos pactuados.
- d) Atender às demais responsabilidades de suporte e acompanhamento previstas no Termo de Referência, garantindo a interlocução necessária para a fiscalização eficiente dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- 12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa**:
 - (1) **moratória** de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;
 - (a) O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
 - (2) **compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021)



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PREVALÊNCIA / HIERARQUIA DAS NORMAS

16.1. Em caso de divergência entre as disposições deste Contrato e as do Edital de Licitação, prevalecerão as regras fixadas no Edital, salvo se este instrumento estabelecer condição mais vantajosa para a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de JAGUARIÚNA, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de eventuais conflitos de interesses oriundos do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento mediante assinatura eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Jaguariúna, _____ de _____ de 2026.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

CONTRATANTE:

Vereador Rodrigo Reis de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

CONTRATADO:

Representante do Contratado

TESTEMUNHAS:

1)

2



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

ANEXO IV – Termo de Ciência e Notificação.

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

MODELO 1: DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CONFORMIDADE SOCIAL

(Lei nº 14.133/2021, Art. 63)

Eu, [Nome e Cargo do Representante Legal], representante legal da empresa [Nome Completo da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], declaro para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que:

1. A empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº [XX/2025] e seus anexos, e que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas e sociais vigentes.
2. Não há, em face da empresa, quaisquer fatos supervenientes, sanções ou impedimentos (inclusive no PNCP ou CEIS) que a impeçam de participar do presente certame ou, caso vencedora, de celebrar e executar o contrato, conforme o disposto no Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
3. A empresa **não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, conforme as definições legais e éticas aplicáveis.
4. A empresa **cumpe integralmente as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e outras normas específicas.
5. Estou ciente e concordo com todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e as normas regentes.

[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Nome Completo do Representante Legal] [Cargo/Função] [Nome e CNPJ da Empresa]

MODELO 2: DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

(Constituição Federal, Art. 7º, XXXIII e Lei nº 14.133/2021, Art. 68, VI)

Eu, [Nome e Cargo do Representante Legal], representante legal da empresa [Nome Completo da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], **DECLARO** para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a empresa:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Nome Completo do Representante Legal] [Cargo/Função] [Nome e CNPJ] da Empresa]

MODELO 3: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (ME / EPP)

(LC nº 123/2006 e Art. 4º da Lei nº 14.133/2021).

Eu, [Nome e Cargo do Representante Legal], representante legal da empresa [Nome Completo da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], **DECLARO**, para fins de obtenção do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, que a empresa:

1. Que a entidade é considerada: () **MICROEMPRESA** () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, possuindo faturamento dentro dos limites legais e preenchendo os requisitos para o tratamento diferenciado em licitações públicas.
2. Cumpre os requisitos legais para o enquadramento e não se sujeita às vedações do § 4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
3. Está ciente de que a extrapolação do limite de faturamento durante a execução do contrato deverá ser comunicada, implicando a perda do benefício (Art. 4º, Lei 14.133/2021);
4. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente

[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Nome Completo do Representante Legal] [Cargo/Função] [Nome e CNPJ] da Empresa]

MODELO 4: DA DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MEIOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

À Câmara Municipal de Jaguariúna/SP Ref.: Pregão Eletrônico nº 02/2026 – Processo nº 05/2026.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

A empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000-00]**, por intermédio de seu representante legal, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de cumprimento do item 7.11. do Edital que:

1. Possui, ou virá a possuir na data da assinatura do contrato, os equipamentos, ferramental e equipe técnica necessários para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação;
2. Compromete-se integralmente com as seguintes diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, conforme detalhado no Termo de Referência:

a) Gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reversa: Segregar e dar destinação ambientalmente adequada a pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, observando a Resolução CONAMA nº 401/2008. Caso aplicável, garantir o encaminhamento de pneumáticos inservíveis conforme a Resolução CONAMA nº 416/2009.

b) Apoio à Coleta Seletiva: Colaborar efetivamente com o Programa de Coleta Seletiva da Contratante, orientando seus empregados quanto à correta separação em recipientes coloridos (Verde, Amarelo, Vermelho, Azul e Branco) e fornecendo sacos de lixo em tamanhos adequados para evitar o desperdício de plástico e otimizar o volume útil de acondicionamento.

c) Rigor no Uso de Saneantes Domissanitários: Utilizar apenas produtos biodegradáveis (Resolução nº 180/2006), devidamente registrados ou notificados na ANVISA (Decreto Federal nº 8.077/2013). Fica expressamente proibido o uso de saneantes que contenham Benzeno, corantes vedados pela Portaria nº 9 MS/SNVS, ou substâncias fortemente alcalinas em aerossol, priorizando produtos de baixa toxicidade e baixo teor de fosfato.

d) Controle de Poluição Sonora: Garantir que equipamentos ruidosos (como enceradeiras ou aspiradores industriais) possuam o Selo Ruído, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 020/1994, visando a preservação da saúde física e mental no ambiente de trabalho.

e) Preservação Patrimonial: Assumir responsabilidade integral pela integridade dos bens móveis e imóveis da Câmara, comprometendo-se a reparar quaisquer danos causados pelo uso incorreto de saneantes ou equipamentos.

f) Disponibilidade Técnica: Garantir que todo o ferramental (aspiradores, lavadoras, carrinhos funcionais, etc.) estará disponível, higienizado e em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 05/2026

perfeitas condições de uso e segurança elétrica na data do início das atividades.

[Local e Data]

(Assinatura do Representante Legal)

(Nome Completo e Cargo)

MODELO 5: DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

(Caso opte por não realizar a visita)

À Câmara Municipal de Jaguariúna/SP Ref.: Pregão Eletrônico nº [XX/2026] – Processo nº 05/2026

A empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000-00]**, **DECLARA** que optou por não realizar a vistoria técnica facultada no Edital. Por meio desta, declara que assume total responsabilidade por qualquer erro de dimensionamento ou dificuldade técnica que venha a surgir, renunciando ao direito de pleitear aditivos ou revisões contratuais baseadas no desconhecimento do local de instalação, não podendo ainda, a licitante, alegar desconhecimento para fins de reequilíbrio ou inadimplemento.

[Local e Data]

(Assinatura do Representante Legal) (Nome Completo e Cargo)

